

CCONT. 00017/06

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª EMISSÃO DE  
OFERTA PRIVADA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE  
ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL,**



7ª Oficial de Reg. de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica da Capital  
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL

21 JAN. 2013

**MICROFILMAGEM**

1837575

CELEBRADO ENTRE

VIA DA COPASA  
T-5-1345

**COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG,**

COMO EMISSORA,

**PLANNER TRUSTEE D.T.V.M. LTDA,**

COMO AGENTE FIDUCIÁRIO E REPRESENTANTE DOS DEBENTURISTAS

E

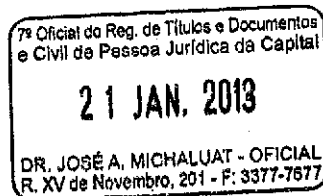
**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,**

COMO AGENTE DE ENGENHARIA

DATADO DE

29 DE NOVEMBRO DE 2012





Pelo presente instrumento particular,

De um lado,

**COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG**, sociedade de economia mista por ações, com registro de companhia aberta perante CVM, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Mar de Espanha, nº 525, Santo Antônio, CEP 30330-270, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.281.106/0001-03, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”);

De outro lado,

**PLANNER TRUSTEE D.T.V.M. LTDA**, sociedade limitada integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria de Lima, nº 3.900, 10º andar, CEP 04538-132, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, na qualidade de agente fiduciário da Emissão (“Agente Fiduciário”); e

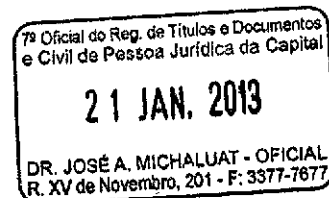
**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lotes 3/4, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, neste ato representada por seus representantes legalmente habilitados abaixo assinados (“Agente de Engenharia”), a qual, em conjunto com a Emissora e o Agente Fiduciário, passam a ser designados simplesmente “Partes”,

#### **CONSIDERANDO QUE:**

- i) as Partes celebraram, em 04 de agosto de 2011, o “Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Oferta Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real”, no qual foram firmados os termos e condições da 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora.

Resolvem as Partes, na melhor forma de direito, firmar o presente Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Oferta Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, (“Primeiro Aditamento”), mediante as seguintes cláusulas e condições:





## 1. ARQUIVAMENTO E REGISTRO DO ADITAMENTO

- 1.1 Este Primeiro Aditamento será arquivado na JUCEMG conforme as leis aplicáveis.

## 2. ALTERAÇÕES À ESCRITURA

- 2.1 Alterar a alínea “j” do item 8.3.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“( j ) verificar o saldo proveniente da cessão e da vinculação de receita tarifária, em decorrência da prestação de serviços de distribuição de água, e coleta e tratamento de esgoto, que deverá ter valor mensal não inferior a 4,5% (quatro e meio por cento) sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com data base do último Dia Útil de cada ano”.

## 3. RATIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

- 3.1 Todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão que não tiverem sido alterados por este Primeiro Aditamento permanecem válidos, atuais e em pleno vigor, sendo transcrita abaixo a versão consolidada da Escritura de Emissão, refletindo as alterações objeto deste Primeiro Aditamento.

**“INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA CONSOLIDADO DA 5ª EMISSÃO DE OFERTA PRIVADA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL**

Pelo presente instrumento particular,

De um lado,

**COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG**, sociedade de economia mista por ações, com registro de companhia aberta perante CVM, com sede e foro na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Mar de Espanha, nº 525, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.281.106/0001-03, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Emissora”);

De outro lado,



21 JAN. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7677

**PLANNER TRUSTEE D.T.V.M. LTDA.**, sociedade limitada integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, CEP 04538-132, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato devidamente representada na forma do seu contrato social, na qualidade de agente fiduciário da Emissão (“**Agente Fiduciário**”);

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lotes 3/4, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, neste ato representada por seus representantes legalmente habilitados abaixo assinados (“**Agente de Engenharia**”);

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o “Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Oferta Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real” (“**Escritura**”), conforme as cláusulas e condições descritas abaixo.

Os termos iniciados com letras maiúsculas nesta Escritura têm os seguintes significados:

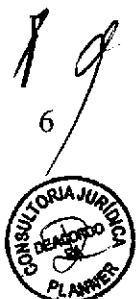
1. “**AGE**”: tem o significado que lhe é atribuído na cláusula I desta Escritura;
2. “**Agente Escriturador**”: tem o significado que lhe é atribuído no item 11.1 desta Escritura;
3. “**Agente de Engenharia**”: significa a Caixa Econômica Federal, contratada pela Emissora para realizar o acompanhamento das obras de cada Projeto a ser desenvolvido pela Emissora, e suas atividades envolvem: (i) emissão de parecer sobre viabilidade técnica dos Projetos quanto aos aspectos de funcionalidade, prazo de obras e existência das licenças e aprovações necessárias; (ii) validação do Cronograma Físico-Financeiro de cada Projeto; (iii) realização de vistorias trimestrais para confirmação da evolução de obras de cada Projeto; (iv) comunicação ao Agente Fiduciário quanto a eventuais anormalidades verificadas na execução de obras; (v) acompanhamento de eventuais alterações, correções e atualizações no Cronograma Físico-Financeiro de cada Projeto; e (vi) emissão de Relatório de Acompanhamento de Engenharia, trimestralmente, informando a evolução físico-financeira das obras de cada Projeto no período, respeitadas as condições previstas nesta Escritura.
4. “**Agente Fiduciário**”: Planner Trustee DtvM Ltda;
5. “**Amortização**”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.4.1 desta Escritura;
6. “**Assembleia Geral de Debenturistas**”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula X desta Escritura;
7. “**BACEN**”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3.2 desta Escritura;



8. "Banco Depositário": Caixa Econômica Federal ou instituição que a substitua no exercício de suas funções na centralização da receita tarifária da Emissora;
9. Banco Mandatário: significa o Itaú Unibanco, contratado para executar as atribuições de banco mandatário e escriturador das Debêntures, de acordo com os termos previstos no item 11.1 desta Escritura;
10. "Boletim de Subscrição": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.7.1 desta Escritura;
11. "CAPEX": do inglês *Capital Expenditure*, significa o montante financeiro a ser investido pela Emissora, exclusivamente para a execução de obras e para a aquisição de equipamentos relacionados diretamente às atividades operacionais dos Projetos, excluindo-se deste conceito as despesas administrativas, tais como despesas com viagens, estadia, telefonia, materiais e equipamentos de escritório e/ou publicidade institucional, bem como as despesas com o desenvolvimento de projetos.
12. "CETIP": tem o significado que lhe é atribuído no item 2.3. desta Escritura;
13. "Condições de Liberação": tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.2.2 desta Escritura;
14. "Condições para Demais Liberações": tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.2.2.1 desta Escritura;
15. "Condições para Primeira Liberação": tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.2.2.1.1 desta Escritura;
16. "Conta de Liquidação": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.6.2 desta Escritura;
17. Contrato de Ativos Financeiros: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.6.1 desta Escritura;
18. "Contrato de Cessão": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.6.1 desta Escritura;
19. "Contratos de Garantia": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.6.1 desta Escritura;
20. "Cronograma Físico-Financeiro": significa o cronograma físico-financeiro de cada Projeto, a ser apresentado pela Emissora e validado pelo Agente de Engenharia;
21. "CVM": Comissão de Valores Mobiliários;



22. "Data de Emissão": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.7 desta Escritura;
23. "Data de Início da Amortização": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.4.1 desta Escritura;
24. "Data de Subscrição e Integralização": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.7.1 desta Escritura;
25. "Data de Vencimento": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.8 desta Escritura;
26. "Debêntures": tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula II desta Escritura;
27. "Debêntures em Circulação": tem o significado que lhe é atribuído no item 10.2.2 desta Escritura;
28. "Dia Útil": significa qualquer dia civil, excetuados os sábados, domingos, feriados nacionais para pagamentos que ocorram através da CETIP, ou outros dias em que os bancos comerciais não operem por determinação ou faculdade legal, concomitantemente, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;
29. "Debenturista": titular de qualquer Debênture;
30. "Disponibilidades": Será representado pelo saldo ao início do período em caixa, bancos, numerários em trânsito e aplicações financeiras, apurado com base em demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora.
31. "Emissão": tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula II desta Escritura;
32. "Emissora": Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG;
33. "Escritura": presente Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Oferta Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real;
34. "Evento de Inadimplemento": tem o significado que lhe é atribuído no item 5.1 desta Escritura;
35. "FGTS": tem o significado que lhe é atribuído no item 2.4 desta Escritura;
36. "Garantias": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.6 desta Escritura;
37. Informativo Técnico Inicial: Tem o significado que lhe é atribuído no subitem (ii) do item 3.2.2.2.1.1 desta Escritura;



38. "Investimentos Permitidos": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.6.3.1 desta Escritura;
39. "JUCEMG": tem o significado que lhe é atribuído no item 2.1 desta Escritura;
40. "Juros": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3 desta Escritura;
41. "Lei das Sociedades por Ações": Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas respectivas alterações posteriores;
42. "Liberação dos Recursos": tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.2.1 desta Escritura;
43. "Período de Capitalização": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3.2 desta Escritura;
44. "Prazo de Cumprimento de Requisitos": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.7.1 desta Escritura;
45. "Prazo de Investimento": tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.3.2 desta Escritura;
46. "Prazo de Investimento Adicional": tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.3.3 desta Escritura;
47. "Prêmios de Reembolso": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.9.3 desta Escritura;
48. "Projetos": tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.1.1 desta Escritura;
49. "Recursos Liberados": tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.3.1 desta Escritura;
50. "Relatório de Acompanhamento de Engenharia": tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.4.2 desta Escritura;
51. "Relatório Informativo": tem o significado que lhe é atribuído no subitem (iv) da alínea (a) do item 6.1 desta Escritura;
52. "Relatório Preliminar": tem o significado que lhe é atribuído no subitem (iii) do item 3.2.2.2.1.1 desta Escritura;
53. "Remuneração": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3 desta Escritura;
54. "Reorganização": tem o significado que lhe é atribuído na alínea (p) no item 5.1 desta Escritura;
55. "Resgate Antecipado Compulsório": tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.3.4.1 desta

Q



Escritura;

56. "Resgate Antecipado Facultativo": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.9.1 desta Escritura;
57. "SND": tem o significado que lhe é atribuído no item 2.3 desta Escritura;
58. "Spread": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3.2 desta Escritura;
59. "Taxa Substitutiva": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.5.1 desta Escritura;
60. "TR": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3.2 desta Escritura;
61. "Valor Financiável": tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.1.1 desta Escritura;
62. "Valor Nominal Unitário": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.1 desta Escritura;
63. "Valor Total da Emissão": tem o significado que lhe é atribuído no item 3.5 desta Escritura;
64. "Vencimento Antecipado": tem o significado que lhe é atribuído no item 5.1 desta Escritura; e
65. "4ª Emissão": tem o significado que lhe é atribuído no item 2.8 desta Escritura.

#### CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

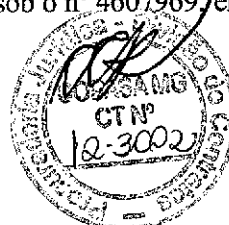
Esta Escritura é celebrada com base em deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas "AGE", realizada no dia 15 de abril de 2011.

#### CLÁUSULA II REQUISITOS

A 5ª Emissão de Oferta Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, emitidas em forma nominativa e escritural, ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

##### 2.1. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE que deliberou sobre a Emissão, incluindo a Remuneração, foi devidamente arquivada perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o nº 4607969/J em 28/04/2011.



## 2.2. Arquivamento da Escritura e de Eventuais Aditamentos

Esta Escritura será arquivada na JUCEMG e seus eventuais aditamentos também o serão, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

## 2.3. Registro na CETIP

As Debêntures deverão ser registradas, para fins de custódia eletrônica e pagamentos dos eventos financeiros no SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da Data de Emissão.

## 2.4. Subscrição pelo FGTS

As características das Debêntures foram definidas de modo a serem admitidas à subscrição pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (“FGTS”), em observância ao disposto na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 591, de 24 de março de 2009, e na Circular da Caixa Econômica Federal nº 498, de 27 de novembro de 2009.

## 2.5. Registro e Anuência pela CVM

As condições e características das Debêntures serão analisadas pela CVM, de forma que a Emissão deverá obter prévia anuência da CVM.

A Emissão não será objeto de registro perante a CVM, uma vez que as Debêntures serão objeto de colocação privada realizada por instituição integrante dos sistemas de distribuição, sem qualquer esforço de venda perante investidores.

## 2.6. Arquivamento do Boletim de Subscrição

O Boletim de Subscrição será arquivado perante a JUCEMG, no prazo máximo de 15 dias a contar da respectiva assinatura, conforme previsto no item 4.1.7.1 desta Escritura e uma via será entregue ao prestador de serviço de escrituração das Debêntures.

## 2.7. Registro dos Contratos de Garantia

Os Contratos de Garantia devem ser registrados nos escritórios de registro de títulos e documentos competentes, nas comarcas das sedes das partes de cada Contrato, no prazo máximo de 10 dias a contar da Data de Emissão, sendo que uma via devidamente registrada deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 5 Dias Úteis do efetivo registro.



21 JAN. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7677

## 2.8. Autorização do debenturista da 4ª Emissão

O debenturista da 4ª Emissão de Debêntures da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG (“4ª Emissão”), deve autorizar previamente a presente Emissão.

### CLÁUSULA III

#### CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

##### 3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o artigo 1º do estatuto social da Emissora, seu objeto social compreende o planejamento, a execução, a ampliação, a remodelagem e a exploração dos serviços públicos de saneamento básico.

##### 3.2. Destinação dos Recursos da Emissão

###### 3.2.1. Projetos

3.2.1.1. Os recursos desta Emissão deverão ser utilizados para o desenvolvimento dos projetos de saneamento básico da Emissora, descritos no Anexo I desta Escritura (“Projetos”), limitado a 90% (noventa por cento) do CAPEX de cada Projeto (“Valor Financiável”).

###### 3.2.2. Liberação dos Recursos

3.2.2.1. Os recursos provenientes da integralização das Debêntures serão depositados em favor da Emissora na Conta de Liquidação e nela permanecerão bloqueados até a sua liberação, pelo Agente Fiduciário, para desenvolvimento dos Projetos, nos termos desta Escritura (“Liberação dos Recursos”).

3.2.2.2. A liberação de recursos da Conta de Liquidação para a Conta de Livre Movimentação será efetuada de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro de cada Projeto, mediante solicitação expressa da Emissora, e dependerá de prévia comprovação ao Agente Fiduciário do cumprimento das seguintes condições (“Condições de Liberação”):

###### 3.2.2.2.1. Condições Para a Primeira Liberação

3.2.2.2.1.1. As seguintes Condições de Liberação, a serem verificadas pelo Agente Fiduciário, aplicar-se-ão à Primeira Liberação para cada um dos Projetos (“Condições para a Primeira Liberação”):

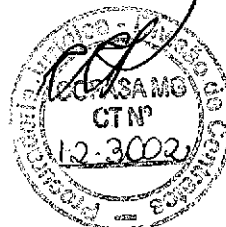
Q



10



- (i) apresentação, ao Agente Fiduciário, de evidência da constituição e formalização das Garantias, conforme previstas no item 4.6 nesta Escritura, as quais deverão estar válidas e exeqüíveis;
- (ii) recebimento, pelo Agente Fiduciário e pelo Agente de Engenharia de relatório elaborado pela Emissora no qual conste (i) a localização e a descrição de cada um dos Projetos, incluindo as peças técnicas (plantas, cortes, detalhes, memoriais, especificações e orçamentos) que permitam a perfeita caracterização das obras que serão executadas; (ii) demonstração da viabilidade técnica dos Projetos; (iii) o Cronograma Físico Financeiro dos Projetos; (iv) percentual já executado de obras, incluindo demonstrativos de medições já realizadas; (v) Anotação de Responsabilidade Técnica "ART" de execução de obras; (vi) Anotação de Responsabilidade Técnica "ART" de fiscalização das obras; (vii) licença ambiental de instalação vigente; (viii) aprovação no Município, quando necessário; (ix) demonstração de inexistência de atrasos e de eventuais casos fortuitos ou de força maior que possam comprometer a execução das obras, sendo que, nestes casos, a Liberação dos Recursos deverá ser submetida à aprovação dos Debenturistas; e (x) relatório fotográfico das obras executadas ("Informativo Técnico Inicial"). No caso de ocorrência de qualquer fato ou evento que possa prejudicar ou que tenha prejudicado a exeqüibilidade dos Projetos, ou que possa resultar em atrasos no cumprimento do Cronograma Físico-Financeiro, a Liberação dos Recursos deverá ser submetida à aprovação dos Debenturistas;
- (iii) recebimento, pelo Agente Fiduciário, de parecer técnico elaborado pelo Agente de Engenharia ("Relatório Preliminar") que ateste a viabilidade dos Projetos, com base no Informativo Técnico Inicial, contemplando aspectos de funcionalidade, validando o Cronograma Físico-Financeiro de cada Projeto e a existência das licenças e aprovações necessárias, incluindo relatório fotográfico e verificação da compatibilidade das informações prestadas pela Emissora no Informativo Técnico Inicial com a situação constatada em campo;
- (iv) recebimento, pelos Debenturistas, de declaração da Emissora atestando que, até a data do pedido da Primeira Liberação dos Recursos, (i) está adimplente com suas obrigações assumidas nesta Escritura; (ii) não ocorreu qualquer das hipóteses de Vencimento Antecipado descritas na Cláusula V desta Escritura; (iii) não ocorreu fato ou evento que pudesse prejudicar ou inviabilizar a conclusão dos Projetos; e (iv) suas declarações e garantias constantes desta Escritura permanecem válidas, completas, corretas e regulares;
- (v) o Projeto tenha obtido todas as licenças, inclusive as ambientais, necessárias para a execução de cada etapa dos Projetos, para qual esteja sendo liberado recurso proveniente da Emissão, conforme comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário; e



- (vi) Independentemente dos períodos de cura previstos nesta Escritura e nos Contratos de Garantia, nenhum Evento de Inadimplemento tenha ocorrido ou, caso tenha ocorrido, tenha sido plenamente sanado.

3.2.2.2.2. Condições para as Demais Liberações:

3.2.2.2.2.1. As seguintes Condições de Liberação, a serem verificadas pelo Agente Fiduciário; aplicar-se-ão às Demais Liberações para cada um dos Projetos ("Condições para as Demais Liberações"):

- (i) as garantias constituídas do âmbito da presente Emissão permaneçam válidas e exeqüíveis;
- (ii) todas as licenças, inclusive as ambientais, necessárias para a execução de cada etapa dos Projetos, para qual esteja sendo liberado recurso proveniente da Emissão, permaneçam válidas e regulares, conforme comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário;
- (iii) declaração da Emissora de que está adimplente com suas obrigações assumidas nesta Escritura; e que não ocorreu fato ou evento que pudesse prejudicar ou inviabilizar a conclusão dos Projetos;
- (iv) recebimento, pelo Agente Fiduciário, de Relatório de Acompanhamento de Engenharia do respectivo Projeto, emitido pelo Agente de Engenharia, nos termos do item 3.2.4, e seus subitens, de forma a comprovar que (i) os recursos da Liberação dos Recursos anterior foi integralmente e devidamente utilizado para execução dos Projetos, conforme os respectivos Cronogramas Físico-Financeiros e (ii) não ocorreram atrasos ou eventos que pudessem prejudicar ou inviabilizar a execução dos Projetos; e
- (v) Independentemente dos períodos de cura previstos nesta Escritura e nos Contratos de Garantia, nenhum Evento de Inadimplemento tenha ocorrido ou, caso tenha ocorrido, tenha sido plenamente sanado.

3.2.2.2.2.1.1. No caso de ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, bem como qualquer fato ou evento que possa prejudicar ou que tenha prejudicado a exeqüibilidade dos Projetos, ou que possa resultar em atrasos no cumprimento do Cronograma Físico-Financeiro, a Liberação dos Recursos deverá ser submetida à aprovação dos Debenturistas.

3.2.2.3. O Agente Fiduciário deverá observar, em cada Liberação dos Recursos à Emissora, (i) o atendimento ao Cronograma Físico-Financeiro de cada Projeto; e (ii) que o somatório dos



21 JAN. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7677

3.2.3.4.2. Na ocorrência de Resgate Antecipado Compulsório, serão observados os termos, condições e Prêmios de Desembolso previstos no item 4.9 desta Escritura e nos seus respectivos subitens.

#### 3.2.4. Comprovação dos Investimentos

3.2.4.1. A comprovação (i) da utilização dos Recursos Liberados para cada um dos Projetos; e (ii) do cumprimento do Cronograma Físico-Financeiro, deverá ocorrer mediante vistorias *in loco*, a serem realizadas pelo Agente de Engenharia em periodicidade trimestral.

3.2.4.2. Como resultado de cada uma das vistorias, o Agente de Engenharia deverá elaborar e emitir um relatório que contenha, no mínimo, as seguintes informações ("Relatório de Acompanhamento de Engenharia"):

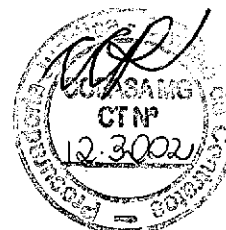
- a) A evolução física, em bases trimestrais e até o período relacionado a cada vistoria, das obras executadas em cada um dos Projetos, contendo inclusive o respectivo valor financeiro;
- b) Indicação da existência de eventuais atrasos em relação ao Cronograma Físico-Financeiro;
- c) A existência de eventuais anormalidades na execução das obras dos Projetos e, em caso positivo, a necessidade de alterações, correções e atualizações no Cronograma Físico-Financeiro dos respectivos Projetos; e
- d) Relatório fotográfico das obras executadas em cada um dos Projetos.

3.2.4.2.1. O modelo do Relatório de Acompanhamento de Engenharia faz parte do Anexo II desta Escritura.

3.2.4.2.2. O Relatório de Acompanhamento de Engenharia será elaborado pelo Agente de Engenharia com base em vistorias *in loco* e nas seguintes informações prestadas pela Emissora:

- a) Demonstrativos de medições realizadas no período;
- b) Renovação de licenças ambientais e de outras aprovações e/ou autorizações obtidas em cada um dos períodos de emissão do Relatório de Acompanhamento de Engenharia; e
- c) Indicação de eventuais casos fortuitos ou de força maior, bem como de qualquer fato ou evento que (i) tenham prejudicado a exequibilidade dos Projetos; e/ou (ii) tenham resultado em atrasos no cumprimento do Cronograma Físico-Financeiro.

Q



14



- 3.2.4.2.3. A Emissora deverá apresentar ao Agente de Engenharia os documentos relacionados ao item 3.2.4.2.2 acima, assim como quaisquer outras informações necessárias para a elaboração do Relatório de Acompanhamento de Engenharia, até o 5º (quinto) dia subsequente ao do término de cada trimestre.
- 3.2.4.2.4. Nos casos em que houver a necessidade de alteração, correção ou atualização do Cronograma Físico-Financeiro que orienta as liberações, cabe à Emissora apresentar e justificar o novo cronograma ao Agente Fiduciário, que deve submetê-lo à apreciação técnica do Agente de Engenharia para posterior aprovação dos Debenturistas.
- 3.2.4.3. O Relatório de Acompanhamento de Engenharia deverá ser emitido e encaminhado ao Agente Fiduciário até o 15º (décimo quinto) dia subsequente ao término de cada um dos trimestres, a partir da Data de Emissão, devendo o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contado de seu recebimento, encaminhar o referido Relatório de Acompanhamento de Engenharia aos Debenturistas.
- 3.2.4.4. Uma vez comprovada a realização dos investimentos relativos a cada etapa do Cronograma Físico-Financeiro de cada um dos Projetos, com recebimento do Relatório de Acompanhamento de Engenharia sem ressalvas e em condições satisfatórias ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário, após solicitação expressa da Emissora neste sentido, autorizará a transferência do valor pertinente à etapa do Cronograma Físico Financeiro subsequente.

### 3.3. Número da Emissão

Esta Escritura constitui a 5ª Emissão de Oferta Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da Emissora.

### 3.4. Número de Séries

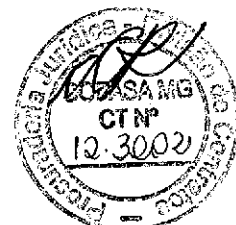
A Emissão será realizada em série única.

### 3.5. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão ("Valor Total da Emissão"), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), é de R\$ 288.000.000,00 (duzentos e oitenta e oito milhões de reais).

### 3.6. Limite da Emissão

3.6.1 A Emissora neste ato declara que o valor total das emissões de debêntures, considerando,



#### 4.2. Condições de Negociação das Debêntures

Os Debenturistas poderão livremente transferir, ceder, alienar, sob qualquer forma, as Debêntures, de forma privada, não sendo permitido o registro em mercado de balcão organizado e não organizado para negociação secundária.

#### 4.3. Remuneração das Debêntures

As Debêntures farão *jus* a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios ("Juros"), incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, conforme definido a seguir, a serem pagos mensalmente, a partir da Data de Subscrição e Integralização, ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido a seguir ("Remuneração"), nos seguintes termos:

##### 4.3.1. Atualização

O Valor Nominal Unitário de cada Debênture não será atualizado.

##### 4.3.2. Juros

Cada uma das Debêntures fará *jus* a uma Remuneração equivalente à variação acumulada da Taxa Referencial ("TR"; no plural, "TRs") do primeiro dia do respectivo mês anualizada, divulgada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), calculada *pro rata temporis*, por Dias Úteis, acrescida de sobretaxa de juros de 9% a.a (nove por cento ao ano) ("Spread"), incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário, calculados por Dias Úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Subscrição e Integralização até o final do Período de Capitalização correspondente, conforme definido abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

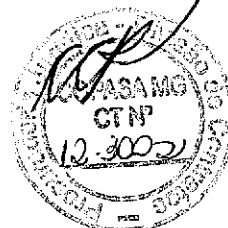
$$J = VNe \times (FatorJuros - 1), \text{ em que:}$$

$J =$  Valor dos Juros baseados na TR, acrescido do *Spread*, acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização;

$VNe =$  Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 06 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

$FatorJuros =$  Fator dos juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorTR \times FatorSpread), \text{ em que:}$$



*FatorTR* = Produtório das TRs, divulgadas durante cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorTR = \prod_{k=1}^n \left[ 1 + \frac{TR_k}{100} \right]^{\frac{dup}{dut}}, \text{ em que:}$$

$n$  = Número total de TRs consideradas durante cada Período de Capitalização, sendo  $n$ , um número inteiro;

$TR_k$  = TR das datas-base, divulgadas pelo BACEN, para cada Período de Capitalização;

$dut$  = Número total de Dias Úteis para o período de vigência da TR utilizada, sendo  $dut$  um número inteiro; e

$dup$  = Número total de Dias Úteis compreendidos entre a data da TR utilizada e a data de cálculo, sendo  $dup$ , um número inteiro.

*FatorSpread* = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorSpread = \left[ \left( \frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}}, \text{ em que:}$$

$i$  = Spread, i.e., 9,0000;

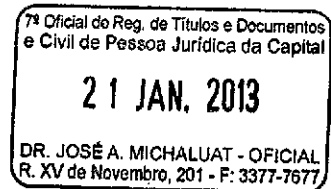
$N$  = 252 (duzentos e cinquenta e dois);

$n$  = Número de Dias Úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo  $n$  um número inteiro;

$DT$  = Número Dias Úteis entre o último e o próximo evento, sendo  $DT$  um número inteiro; e

$DP$  = Número de Dias Úteis entre o último evento e a data atual, sendo  $DP$  um número inteiro.





Observações:

1. As datas-base serão o 1º (primeiro) dia de cada mês;
  2. Caso a Data de Subscrição e Integralização não seja coincidente com a correspondente data-base, a Remuneração será calculada até a primeira data-base ocorrida após a Data de Subscrição e Integralização, com base no critério pro-rata Dia Útil, com utilização da TR relativa à Data de Subscrição e Integralização;
  3. A TR deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
  4. Cada fator resultante da expressão  $\left(1 + \frac{TR_k}{100}\right)^{\frac{dup}{dut}}$  é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
  5. A cada novo fator incluído no produtório, este gera um fator intermediário que será considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
  6. Para os fins desta Escritura, a expressão “Período de Capitalização” significa o intervalo que se inicia na Data de Subscrição e Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período;
  7. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade; e
  8. Para fins do cálculo da Remuneração, considerar-se-á a TR do dia 1º (primeiro) de cada mês, anualizada, exceto no primeiro Período de Capitalização, que utilizará a TR da Data de Subscrição e Integralização, pro rata temporis, até o dia 1º (primeiro) subsequente.
- 4.3.2.1. O primeiro pagamento da Remuneração das Debêntures será devido em 1º de Novembro de 2011, sendo os pagamentos das demais parcelas devidos no dia 1º (primeiro) dos meses subsequentes.



21 JAN. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7877

Datas de Pagamento da Remuneração	Datas de Pagamento da Remuneração	Datas de Pagamento da Remuneração	Datas de Pagamento da Remuneração	Datas de Pagamento da Remuneração	Datas de Pagamento da Remuneração	Datas de Pagamento da Remuneração	Datas de Pagamento da Remuneração
1/11/2011	1/5/2014	1/11/2016	1/5/2019	1/11/2021	1/5/2024	1/11/2026	1/5/2029
1/12/2011	1/6/2014	1/12/2016	1/6/2019	1/12/2021	1/6/2024	1/12/2026	1/6/2029
1/1/2012	1/7/2014	1/1/2017	1/7/2019	1/1/2022	1/7/2024	1/1/2027	1/7/2029
1/2/2012	1/8/2014	1/2/2017	1/8/2019	1/2/2022	1/8/2024	1/2/2027	1/8/2029
1/3/2012	1/9/2014	1/3/2017	1/9/2019	1/3/2022	1/9/2024	1/3/2027	1/9/2029
1/4/2012	1/10/2014	1/4/2017	1/10/2019	1/4/2022	1/10/2024	1/4/2027	1/10/2029
1/5/2012	1/11/2014	1/5/2017	1/11/2019	1/5/2022	1/11/2024	1/5/2027	1/11/2029
1/6/2012	1/12/2014	1/6/2017	1/12/2019	1/6/2022	1/12/2024	1/6/2027	1/12/2029
1/7/2012	1/1/2015	1/7/2017	1/1/2020	1/7/2022	1/1/2025	1/7/2027	1/1/2030
1/8/2012	1/2/2015	1/8/2017	1/2/2020	1/8/2022	1/2/2025	1/8/2027	1/2/2030
1/9/2012	1/3/2015	1/9/2017	1/3/2020	1/9/2022	1/3/2025	1/9/2027	1/3/2030
1/10/2012	1/4/2015	1/10/2017	1/4/2020	1/10/2022	1/4/2025	1/10/2027	1/4/2030
1/11/2012	1/5/2015	1/11/2017	1/5/2020	1/11/2022	1/5/2025	1/11/2027	1/5/2030
1/12/2012	1/6/2015	1/12/2017	1/6/2020	1/12/2022	1/6/2025	1/12/2027	1/6/2030
1/1/2013	1/7/2015	1/1/2018	1/7/2020	1/1/2023	1/7/2025	1/1/2028	1/7/2030
1/2/2013	1/8/2015	1/2/2018	1/8/2020	1/2/2023	1/8/2025	1/2/2028	1/8/2030
1/3/2013	1/9/2015	1/3/2018	1/9/2020	1/3/2023	1/9/2025	1/3/2028	1/9/2030
1/4/2013	1/10/2015	1/4/2018	1/10/2020	1/4/2023	1/10/2025	1/4/2028	1/10/2030
1/5/2013	1/11/2015	1/5/2018	1/11/2020	1/5/2023	1/11/2025	1/5/2028	1/11/2030
1/6/2013	1/12/2015	1/6/2018	1/12/2020	1/6/2023	1/12/2025	1/6/2028	1/12/2030
1/7/2013	1/1/2016	1/7/2018	1/1/2021	1/7/2023	1/1/2026	1/7/2028	1/1/2031
1/8/2013	1/2/2016	1/8/2018	1/2/2021	1/8/2023	1/2/2026	1/8/2028	1/2/2031
1/9/2013	1/3/2016	1/9/2018	1/3/2021	1/9/2023	1/3/2026	1/9/2028	1/3/2031
1/10/2013	1/4/2016	1/10/2018	1/4/2021	1/10/2023	1/4/2026	1/10/2028	1/4/2031
1/11/2013	1/5/2016	1/11/2018	1/5/2021	1/11/2023	1/5/2026	1/11/2028	1/5/2031
1/12/2013	1/6/2016	1/12/2018	1/6/2021	1/12/2023	1/6/2026	1/12/2028	1/6/2031
1/1/2014	1/7/2016	1/1/2019	1/7/2021	1/1/2024	1/7/2026	1/1/2029	1/7/2031
1/2/2014	1/8/2016	1/2/2019	1/8/2021	1/2/2024	1/8/2026	1/2/2029	1/8/2031
1/3/2014	1/09/2016	1/3/2019	1/9/2021	1/3/2024	1/9/2026	1/3/2029	1/9/2031
1/4/2014	1/10/2016	1/4/2019	1/10/2021	1/4/2024	1/10/2026	1/4/2029	

- 4.3.3. Farão *jus* à Remuneração, aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento de Remuneração.
- 4.3.4. Caso, na hipótese do item 3.2.3.3 acima, haja prorrogação do Prazo de Investimento, a Remuneração das Debêntures devida em cada data de pagamento será acrescida de remuneração resultante da aplicação dos percentuais estabelecidos no item 3.2.3.4 sobre o saldo do montante dos recursos originários da Emissão não utilizado pela Emissora em até 5 (cinco) Dias Úteis antes da data de pagamento em questão, devendo o montante resultante de tal cálculo ser dividido e rateado pelo número de Debêntures em Circulação.
- 4.3.5. O *spread* de que trata o item 4.3.2 acima inclui o equivalente a 1% (um por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, devido pela Emissora à Caixa Econômica



21 JAN. 2013

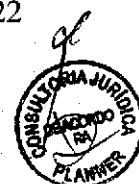
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7677

Federal, a título de comissão de estruturação e monitoramento, cujo pagamento ocorrerá por ocasião do pagamento da Remuneração, nos termos desta Escritura, momento no qual deverá ser feito, fora do âmbito da CETIP, o repasse dos valores devidos à Caixa Econômica Federal.

#### 4.4. Amortização das Debêntures

4.4.1. A amortização das Debêntures será realizada mensalmente, a partir de 01º de Abril de 2015 (“Data de Início da Amortização”), sendo cada parcela mensal, devida entre 01º de Abril de 2015 e 01º de Setembro de 2031, nos termos da tabela a seguir (“Amortização”).

Data e Percentual de Amortização		Data e Percentual de Amortização		Data e Percentual de Amortização		Data e Percentual de Amortização		Data e Percentual de Amortização		Data e Percentual de Amortização	
1/4/2015	0,5050%	1/1/2018	0,5050%	1/10/2020	0,5050%	1/7/2023	0,5050%	1/4/2026	0,5050%	1/1/2029	0,5050%
1/5/2015	0,5050%	1/2/2018	0,5050%	1/11/2020	0,5050%	1/8/2023	0,5050%	1/5/2026	0,5050%	1/2/2029	0,5050%
1/6/2015	0,5050%	1/3/2018	0,5050%	1/12/2020	0,5050%	1/9/2023	0,5050%	1/6/2026	0,5050%	1/3/2029	0,5050%
1/7/2015	0,5050%	1/4/2018	0,5050%	1/1/2021	0,5050%	1/10/2023	0,5050%	1/7/2026	0,5050%	1/4/2029	0,5050%
1/8/2015	0,5050%	1/5/2018	0,5050%	1/2/2021	0,5050%	1/11/2023	0,5050%	1/8/2026	0,5050%	1/5/2029	0,5050%
1/9/2015	0,5050%	1/6/2018	0,5050%	1/3/2021	0,5050%	1/12/2023	0,5050%	1/9/2026	0,5050%	1/6/2029	0,5050%
1/10/2015	0,5050%	1/7/2018	0,5050%	1/4/2021	0,5050%	1/1/2024	0,5050%	1/10/2026	0,5050%	1/7/2029	0,5050%
1/11/2015	0,5050%	1/8/2018	0,5050%	1/5/2021	0,5050%	1/2/2024	0,5050%	1/11/2026	0,5050%	1/8/2029	0,5050%
1/12/2015	0,5050%	1/9/2018	0,5050%	1/6/2021	0,5050%	1/3/2024	0,5050%	1/12/2026	0,5050%	1/9/2029	0,5050%
1/1/2016	0,5050%	1/10/2018	0,5050%	1/7/2021	0,5050%	1/4/2024	0,5050%	1/1/2027	0,5050%	1/10/2029	0,5050%
1/2/2016	0,5050%	1/11/2018	0,5050%	1/8/2021	0,5050%	1/5/2024	0,5050%	1/2/2027	0,5050%	1/11/2029	0,5050%
1/3/2016	0,5050%	1/12/2018	0,5050%	1/9/2021	0,5050%	1/6/2024	0,5050%	1/3/2027	0,5050%	1/12/2029	0,5050%
1/4/2016	0,5050%	1/1/2019	0,5050%	1/10/2021	0,5050%	1/7/2024	0,5050%	1/4/2027	0,5050%	1/1/2030	0,5050%
1/5/2016	0,5050%	1/2/2019	0,5050%	1/11/2021	0,5050%	1/8/2024	0,5050%	1/5/2027	0,5050%	1/2/2030	0,5050%
1/6/2016	0,5050%	1/3/2019	0,5050%	1/12/2021	0,5050%	1/9/2024	0,5050%	1/6/2027	0,5050%	1/3/2030	0,5050%
1/7/2016	0,5050%	1/4/2019	0,5050%	1/1/2022	0,5050%	1/10/2024	0,5050%	1/7/2027	0,5050%	1/4/2030	0,5050%
1/8/2016	0,5050%	1/5/2019	0,5050%	1/2/2022	0,5050%	1/11/2024	0,5050%	1/8/2027	0,5050%	1/5/2030	0,5050%
1/9/2016	0,5050%	1/6/2019	0,5050%	1/3/2022	0,5050%	1/12/2024	0,5050%	1/9/2027	0,5050%	1/6/2030	0,5050%
1/10/2016	0,5050%	1/7/2019	0,5050%	1/4/2022	0,5050%	1/1/2025	0,5050%	1/10/2027	0,5050%	1/7/2030	0,5050%
1/11/2016	0,5050%	1/8/2019	0,5050%	1/5/2022	0,5050%	1/2/2025	0,5050%	1/11/2027	0,5050%	1/8/2030	0,5050%
1/12/2016	0,5050%	1/9/2019	0,5050%	1/6/2022	0,5050%	1/3/2025	0,5050%	1/12/2027	0,5050%	1/9/2030	0,5050%
1/1/2017	0,5050%	1/10/2019	0,5050%	1/7/2022	0,5050%	1/4/2025	0,5050%	1/1/2028	0,5050%	1/10/2030	0,5050%
1/2/2017	0,5050%	1/11/2019	0,5050%	1/8/2022	0,5050%	1/5/2025	0,5050%	1/2/2028	0,5050%	1/11/2030	0,5050%
1/3/2017	0,5050%	1/12/2019	0,5050%	1/9/2022	0,5050%	1/6/2025	0,5050%	1/3/2028	0,5050%	1/12/2030	0,5050%
1/4/2017	0,5050%	1/1/2020	0,5050%	1/10/2022	0,5050%	1/7/2025	0,5050%	1/4/2028	0,5050%	1/1/2031	0,5050%
1/5/2017	0,5050%	1/2/2020	0,5050%	1/11/2022	0,5050%	1/8/2025	0,5050%	1/5/2028	0,5050%	1/2/2031	0,5050%
1/6/2017	0,5050%	1/3/2020	0,5050%	1/12/2022	0,5050%	1/9/2025	0,5050%	1/6/2028	0,5050%	1/3/2031	0,5050%
1/7/2017	0,5050%	1/4/2020	0,5050%	1/1/2023	0,5050%	1/10/2025	0,5050%	1/7/2028	0,5050%	1/4/2031	0,5050%
1/8/2017	0,5050%	1/5/2020	0,5050%	1/2/2023	0,5050%	1/11/2025	0,5050%	1/8/2028	0,5050%	1/5/2031	0,5050%
1/9/2017	0,5050%	1/6/2020	0,5050%	1/3/2023	0,5050%	1/12/2025	0,5050%	1/9/2028	0,5050%	1/6/2031	0,5050%
1/10/2017	0,5050%	1/7/2020	0,5050%	1/4/2023	0,5050%	1/1/2026	0,5050%	1/10/2028	0,5050%	1/7/2031	0,5050%
1/11/2017	0,5050%	1/8/2020	0,5050%	1/5/2023	0,5050%	1/2/2026	0,5050%	1/11/2028	0,5050%	1/8/2031	0,5050%
1/12/2017	0,5050%	1/9/2020	0,5050%	1/6/2023	0,5050%	1/3/2026	0,5050%	1/12/2028	0,5050%	1/9/2031	0,5150%

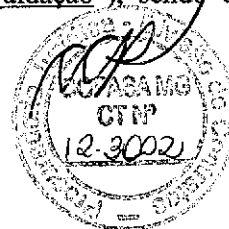


#### 4.5. Indisponibilidade ou Extinção da TR

- 4.5.1. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da TR por mais de 10 (dez) Dias Úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis após o final do referido prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da data de extinção ou da impossibilidade legal de aplicação da TR, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a Lei aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última TR oficialmente divulgada até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.
- 4.5.2. Caso a TR venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.5.1 acima, a referida Assembleia não será mais realizada, e a TR, a partir de sua divulgação, passará novamente a ser utilizada para o cálculo da atualização.
- 4.5.3. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.5.1 acima, não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas sobre a Taxa Substitutiva, a Emissora deverá utilizar o índice que vier a substituir a TR na atualização das contas vinculadas do FGTS.

#### 4.6. Garantias

- 4.6.1. O pagamento das Debêntures é garantido pela cessão fiduciária e pela vinculação dos créditos consubstanciados pela receita tarifária da Emissora, decorrente da arrecadação, através da rede bancária arrecadadora, de valores relativos ao pagamento, pelos usuários, das contas mensais de serviços de água e/ou esgotos, emitidas regularmente pela Emissora contra os usuários das categorias residencial, comercial, industrial, pública e mista, em decorrência da prestação de serviços de distribuição de água, e coleta e tratamento de esgoto, em valor mensal não inferior a 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) sobre o saldo devedor das Debêntures no último Dia Útil de cada ano civil, nos termos da Escritura, do Contrato de Cessão Fiduciária e Vinculação de Parcela da Receita Tarifária, Cessão Fiduciária de Contas Cedidas e Outras Avenças ("Contrato Cessão"), e do Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Bens e Ativos Financeiros ("Contrato de Ativos Financeiros") e, em conjunto com o Contrato de Cessão, "Contratos de Garantia", celebrados entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Depositário nesta data.
- 4.6.2. Conta de Liquidação. O valor referente à integralização das Debêntures pelos Debenturistas deverá ser mantido pela Emissora na conta corrente nº 2040-9 de sua titularidade, mantida na agência 935 da Caixa Econômica Federal ("Conta de Liquidação"), sendo que os ativos



existentes em tal conta corrente serão cedidos fiduciariamente em favor dos Debenturistas nos termos do Contrato de Cessão.

4.6.2.1. Observados os termos do Contrato de Cessão, os valores mantidos na Conta de Liquidação somente poderão ser transferidos pelo Banco Depositário, após expressa autorização do Agente Fiduciário para tal fim, para conta corrente de livre movimentação da Emissora e desde que cumpridas as Condições de Liberação.

4.6.3. Sem prejuízo do disposto nos itens 4.6.3.1 e 4.6.3.2 a seguir, o Agente Fiduciário deverá autorizar o Banco Depositário a efetuar a transferência dos valores mantidos na Conta de Liquidação para a conta de livre movimentação da Emissora em até 4 (quatro) Dias Úteis contados do recebimento de comunicação da Emissora neste sentido e do cumprimento das Condições de Liberação, o que ocorrer por último.

4.6.3.1. Sem prejuízo do acima disposto, os valores disponíveis na Conta de Liquidação que não tenham sido destinados para o desenvolvimento dos Projetos, somente poderão ser investidos em cotas do Fundo de Investimento Caixa Corporativo II Referenciado DI Longo Prazo, inscrito no CNPJ sob o nº 11.061.230/0001-87, ou quaisquer outros fundos de investimento em renda fixa administrados pela Caixa Econômica Federal, cuja política de investimento tenha sido previamente aprovada pela totalidade dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas ("Investimentos Permitidos"), nos termos e condições descritos expressamente nos Contratos de Garantia.

4.6.3.2. A Conta de Liquidação somente poderá ser movimentada pelo Banco Depositário, após expressa autorização feita neste sentido pelo Agente Fiduciário e com estrita observância aos objetos, termos e condições desta Escritura, e dos Contratos de Garantia.

#### 4.7. Condições de Pagamento

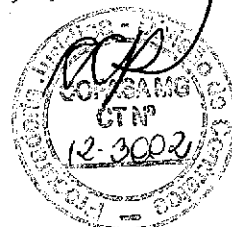
Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados conforme disposto nos itens a seguir:

##### 4.7.1. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

##### 4.7.2. Multa e Encargos Moratórios

Em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, acrescido da Remuneração, ambos calculados sobre os



valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

#### 4.7.3. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.7.2 acima, uma vez realizado o pagamento, pela Emissora, do valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, o não recebimento, pelo Debenturista, de tais valores não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.7.4. Valores Líquidos de Deduções

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Agente Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

#### 4.8. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

#### 4.9. Resgate Antecipado Total Facultativo

4.9.1. A Emissora, a seu exclusivo critério, poderá, a partir do 41º (quadragésimo primeiro) mês após a Data da Emissão, e, a partir dessa data, ao final de cada Período de Capitalização, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, mediante deliberação pelo órgão competente, realizar o resgate antecipado total das Debêntures, mediante notificação ao Agente Fiduciário e comunicação aos Debenturistas e à CETIP, nos termos do item 12.6 desta Escritura, com, pelo menos, 60 (sessenta) dias de antecedência ("Resgate Antecipado Facultativo"). A comunicação à CETIP deverá ser realizada através de correspondência encaminhada pela Emissora com o de acordo do Agente Fiduciário.

4.9.2. Ressalvada a hipótese prevista no item 3.2.3.4.1 desta Escritura, a Emissora não poderá realizar resgates antecipados parciais das Debêntures.

4.9.3. Na notificação do Resgate Antecipado Facultativo deverá constar (i) a data do Resgate Antecipado Facultativo, (ii) o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o



21 JAN. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7877

caso, até a data de seu efetivo pagamento; (b) da atualização, se houver; e (c) do prêmio de reembolso a ser calculado de acordo com o item 4.9.4 abaixo ("Prêmios de Reembolso").

- 4.9.4. Os Prêmios de Reembolso a que farão *jus* os Debenturistas por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo incidirão sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e da atualização, se houver, e serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Prêmio (\%)} = \left( \frac{P \times DD}{TDC} \right)$$

em que:

P = 2% (dois por cento);

DD = número de dias corridos, contados a partir da data do Resgate Antecipado Facultativo até a Data de Vencimento; e

TDC = número total de dias corridos desde o primeiro dia do 41º (quadragésimo primeiro) mês contado da Data de Subscrição e Integralização até a Data de Vencimento.

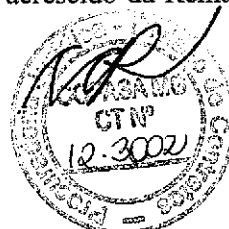
#### 4.10. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

### CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

#### 5.1. Vencimento Antecipado

Independentemente do envio de comunicação à Emissora neste sentido, a ocorrência de quaisquer das situações previstas neste item, bem como o descumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias e/ou não pecuniárias previstas nesta Escritura, desconsiderados eventuais prazos de cura previstos para reversão do descumprimento, caracterizará o inadimplemento de obrigações da Emissora ("Evento de Inadimplemento") e, permanecendo o inadimplemento após os respectivos prazos de cura, se aplicável, consubstanciará hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e, sujeito ao disposto nos itens 5.3 e 5.4 desta Escritura, e à imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido da Remuneração devida



21 JAN. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7677

desde a Data da Emissão até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Vencimento Antecipado"):

- (a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, auto-falência (ou outros procedimentos equivalentes previstos em lei), formulado pela Emissora;
- (b) liquidação ou decretação de falência da Emissora;
- (c) cessação, pela Emissora, de suas atividades empresariais ou adoção das medidas societárias voltadas a sua extinção ou dissolução, total ou parcial;
- (d) solicitação, pela Emissora, de moratória ou suspensão do pagamento ou reestruturação de suas dívidas com credores que representem mais de 3/5 (três quintos) do total de sua dívida;
- (e) não pagamento, pela Emissora, nas respectivas datas de vencimento, do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, da Remuneração ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, não sanado no prazo de até 2 (dois) dias contados da data prevista para o seu pagamento;
- (f) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora em valor unitário ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas;
- (g) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura, não sanada no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data prevista para seu cumprimento original;
- (h) utilização dos recursos obtidos por meio desta Emissão para destinação diversa daquela prevista nesta Escritura, com a devida comprovação pelo Agente Fiduciário após o recebimento do Relatório de Acompanhamento de Engenharia, ou de forma intempestiva em relação ao Prazo de Investimento ou Prazo de Investimento Adicional, conforme o caso;
- (i) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) alteração do objeto social da Emissora, previsto em seu estatuto social, de modo que sua atividade principal deixe de ser: planejar, projetar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e esgoto sanitário, inclusive os serviços relativos a coleta, reciclagem, tratamento e disposição final de lixo urbano.



doméstico e industrial;

- (k) inclusão, em acordo societário ou estatuto da Emissora, de dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle da Emissora pelo respectivo controlador;
- (l) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (m) alienação, oneração ou contratação de obrigação que, de qualquer forma, implique ou possa implicar em que o Estado de Minas Gerais deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto do capital da Emissora;
- (n) extinção da licença, perda de concessão ou perda da capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em qualquer (quaisquer) área(s) do território do Estado de Minas Gerais que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência das Debêntures, resulte(m) em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Emissora igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida consolidada da Emissora. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas consolidadas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre, usualmente divulgadas pela Emissora;
- (o) perda, por qualquer motivo, extinção, revogação ou caducidade de autorização, licença, concessão ou qualquer outra modalidade de aprovação regulatória necessária à exploração dos Projetos que utilizarem recursos da Emissão, que afete de maneira relevante a atividade da Emissora sem que esta resgate antecipadamente a parcela da dívida utilizada para financiar os respectivos Projetos afetados;
- (p) fusão, cisão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora ("Reorganização") que não tenha sido previamente aprovada por Debenturistas titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o procedimento de convocação previsto no item 10.1 desta Escritura, exceto na hipótese de a Emissora demonstrar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, anteriormente à efetivação da Reorganização que, uma vez concluída a Reorganização, serão atendidos cumulativamente os seguintes requisitos: (i) o patrimônio líquido da



Emissora e/ou de sua sucessora, não será inferior ao patrimônio líquido da Emissora antes da Reorganização, admitida uma variação de até 10% (dez por cento); (ii) a Emissora não violará os índices financeiros estabelecidos na alínea (bb) abaixo; e (iii) a receita operacional líquida consolidada da Emissora não sofrerá uma redução superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida consolidada da Emissora e/ou de sua sucessora, conforme apurado com base em demonstração financeira da Emissora pró-forma que reflita os efeitos da Reorganização, preparada exclusivamente para esse fim, com base nos 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas informações financeiras obrigatórias); ficando ajustado que os requisitos indicados nos subitens (i) a (iii) acima desta alínea (p) são exclusivamente destinados à avaliação, pelo Agente Fiduciário, da Reorganização, e não vinculam a livre deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas aqui prevista;

- (q) protesto(s) de títulos emitidos pela Emissora, cujo valor individual ou global reclamado ultrapasse R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) corrigidos pela variação do IPCA a partir da Data de Emissão das Debêntures, salvo se o(s) protesto(s) tiver(em) sido efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for(em) cancelado(s) ou suspenso(s), em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de sua ocorrência;
- (r) pedido(s) reiterado(s) de falência contra a Emissora, cujo valor individual ou global reclamado ultrapasse R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), corrigidos pela variação do IPCA a partir da Data de Emissão das Debêntures, salvo se, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de sua ocorrência, (i) houver desistência, pelo requerente, do(s) respectivo(s) pedido(s) de falência; ou (ii) tal(is) pedido(s) tiver(em) sido efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora junto às autoridades competentes;
- (s) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações relevantes referente ao contrato celebrado com o Agente Fiduciário;
- (t) a Escritura ou qualquer dos Contratos de Garantia sejam repudiados, total ou parcialmente, por qualquer parte, ou a legalidade ou exequibilidade de qualquer de suas disposições relevantes seja questionada judicialmente por qualquer pessoa, e tal repúdio, questionamento judicial ou seus efeitos não venham a ser extintos ou suspensos no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da entrega de notificação pela Emissora ao Agente Fiduciário informando tal acontecimento, sendo certo, no entanto, que o período de cura aqui previsto será considerado transcorrido se a medida intentada for declarada procedente;



- (u) suspensão de aspectos relevantes desta Escritura ou dos Contratos de Garantia, desde que não revertida em 30 (trinta) dias;
- (v) declaração de nulidade das Garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura, sem que haja sua substituição, em montante igual ao originalmente estabelecido, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da Emissora da declaração de nulidade;
- (w) cancelamento, rescisão ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia total ou parcial de aspectos relevantes desta Escritura ou dos Contratos de Garantia, desde que não revertida em 5 (cinco) dias;
- (x) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias, inclusive as Garantias, prestadas pela Emissora nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia;
- (y) alienações de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Emissora igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida consolidada da Emissora. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas consolidadas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento da cada trimestre, e utilizando-se as informações financeiras usualmente divulgadas pela Emissora;
- (z) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), corrigidos pela variação do IPCA, a partir da Data de Emissão das Debêntures, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da Emissão;
- (aa) pagamento, pela Emissora, de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações nesta Escritura;
- (bb) observar e manter os seguintes índices financeiros mínimos, a partir da Data de Emissão, a serem verificados anualmente, sempre quando da divulgação do balanço patrimonial findo a cada 31/12 de cada ano; e

- (1) Dívida Líquida / Patrimônio Líquido: igual ou menor a 1,0 sendo dívida líquida igual aos compromissos onerosos (que incidem encargos financeiros) menos Caixa (disponibilidades de caixa mais as aplicações financeiras);

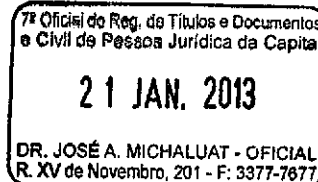


- (2) EBITDA / serviço da dívida: igual ou superior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos) sendo o EBITDA, em relação aos 12 (doze) meses anteriores a data de apuração do índice, o somatório (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações; (ii) das despesas de depreciação e amortização ocorridas no período; e (iii) das despesas financeiras. O serviço da dívida é, em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório dos pagamentos de amortização de principal e também de juros incorridos sobre o endividamento financeiro, não devendo ser consideradas para esse fim as despesas de variação cambial (diferença de moedas) e o serviço da dívida não recorrente;
- (3) Exigível Total / Patrimônio Líquido: igual ou inferior a 1 (um inteiro), sendo o Exigível Total, o somatório das contas correspondentes às dívidas onerosas, ou seja, aquelas que incidem encargos financeiros e são registradas no passivo circulante e no passivo exigível a longo prazo;
- (4) Dívida Líquida / EBITDA: igual ou inferior a 3 (trez inteiros), sendo Dívida Líquida igual aos compromissos onerosos (que incidem encargos financeiros) menos Caixa (disponibilidades de caixa mais as aplicações financeiras); e
- (5) Margem EBITDA: igual ou superior a 36% (trinta e seis por cento), sendo a margem EBITDA calculada através da razão entre o EBITDA e a receita operacional líquida da Emissora, de forma que para o cálculo deste índice, serão excluídas as receitas e custos de construção.

(cc) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM.

- 5.2. Na ocorrência de um Evento de Inadimplemento, o Agente Fiduciário deverá (i) suspender a Liberação dos Recursos; (ii) bloquear todas as contas vinculadas e que estejam cedidas à Emissão; além de (iii) adotar todas as providências previstas nesta Escritura e nos Contratos de Garantia.
- 5.3. Permanecendo o inadimplemento depois de decorridos, se aplicável, os respectivos prazos de cura para reversão do inadimplemento, o Agente Fiduciário deverá convocar, imediatamente,





Assembleia Geral de Debenturistas.

- 5.3.1. Observados os prazos previstos no item 10.1 desta Escritura e, após deliberação de Debenturistas titulares da totalidade das Debêntures em Circulação, os Debenturistas poderão optar por não declarar vencidas as Debêntures.
- 5.4. Na hipótese de (i) não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.3 desta Escritura por falta de quorum, ou (ii) não ser aprovado o exercício da faculdade prevista naquele item desta Escritura pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos indicados no item 5.1 desta Escritura.

#### CLÁUSULA VI OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

##### 6.1. Obrigações Adicionais da Emissora

Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir, conforme aplicável, as disposições abaixo:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário, com cópia aos Debenturistas:
- (i) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, ou da regulamentação que lhe sobrevier ("Instrução CVM nº 480"), nos prazos ali previstos;
  - (ii) com a maior brevidade possível, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada de forma justificada e razoável, segundo princípios da boa-fé, pelo Agente Fiduciário;
  - (iii) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos hipóteses previstas nas alíneas do item 5.1 desta Escritura (Vencimento Antecipado), na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;
  - (iv) relatório bimestral de utilização dos recursos no respectivo período ("Relatório Informativo"), em até 20 (vinte) dias após o término do bimestre vencido do respectivo ano civil, observada obrigação de o Agente Fiduciário encaminhar aos Debenturistas o respectivo relatório em até 1 (um) Dia Útil contado de seu recebimento. O Relatório Informativo deverá ser preparado pela Emissora e conterá: (i) identificação e características do Projeto realizado com os recursos oriundos da Emissão; (ii) setor em que se insere o Projeto; (iii) localização do Projeto; (iv) número de empregos diretos e indiretos originados pelo Projeto; (v)



21 JAN. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7877

outros benefícios (sociais, econômicos, regionais) gerados com a implantação do Projeto; e (vi) atualização do estágio atual e previsão de conclusão de todos os Projetos. O Agente Fiduciário e os Debenturistas poderão solicitar, a qualquer momento, a seu exclusivo critério, os comprovantes dos investimentos relacionados no Relatório Informativo e os comprovantes de tais despesas; e

- (v) apresentar ao Agente Fiduciário, (i) após o término do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (ii) após o término de cada trimestre do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre.
- (b) fornecer em tempo hábil, todas as informações, corretas, completas e necessárias para atender aos requisitos da Emissão. A Emissora é responsável pela suficiência, completude e veracidade das informações fornecidas nesta Escritura, obrigando-se a indenizar os Debenturistas por eventuais prejuízos, devidamente comprovados, decorrentes de imprecisões, inveracidades ou omissões relativas a tais informações;
- (c) fornecer ao Agente de Engenharia, em tempo hábil, todas e quaisquer informações que sejam necessárias para a elaboração do Relatório de Acompanhamento de Engenharia e do Relatório Preliminar;
- (d) fornecer ao Agente Fiduciário todas e quaisquer licenças, inclusive as ambientais, que sejam necessárias à execução de cada etapa dos Projetos;
- (e) não reduzir seu capital social, exceto para absorção de prejuízos contábeis ou em decorrência da necessidade de adequação das demonstrações financeiras da Emissora a futuras normas contábeis, observado limite de 10% (dez por cento);
- (f) não contrair empréstimos, financiamentos, operações de endividamento, emissão de quaisquer instrumentos de crédito para captação de recursos que façam com que a Emissora deixe de manter os Índices Financeiros estipulados no item 5.1 alínea "bb" desta Escritura;
- (g) permitir, em Dias Úteis e no horário normal de trabalho, sem qualquer custo adicional para o Agente Fiduciário e/ou para os Debenturistas, a inspeção das obras de cada Projeto por parte dos representantes do Agente Fiduciário e/ou dos Debenturistas, desde que previamente comunicada;

4



33



21 JAN. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7677

- (h) indenizar e/ou reembolsar, conforme o caso, os Debenturistas, na hipótese de lhes serem imputadas responsabilidades de qualquer natureza por terceiros, pelo judiciário e/ou pelos órgãos de fiscalização e controle ambientais brasileiros em relação a ações ou omissões da Emissora, ressarcindo-os de quaisquer custos, despesas, ônus ou prejuízos que estes venham a incorrer em razão da não conformidade a normas e exigências estabelecidas na legislação ambiental em vigor, tais como condenações cíveis, imposição de multas de qualquer natureza, sanções penais ou administrativas, bem como qualquer outra penalidade estabelecida pela autoridade competente;
- (i) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (k) convocar, nos termos desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, sempre que solicitado e convocada, nos termos desta Escritura;
- (m) manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente;
- (n) manter, conservar e preservar, em boa ordem e condição de funcionamento, todos os bens relevantes, necessários ou úteis para a devida condução dos negócios da Emissora;
- (o) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480, conforme alterada;
- (p) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia;
- (q) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou não) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura, das Debêntures e dos Contratos de Garantia, fato este que deverá ser comunicado imediatamente aos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário;

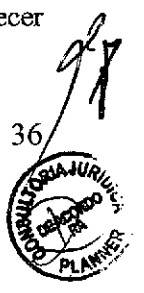


- (r) manter os seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor de saneamento básico, assim como manter válidos e regulares, todos os alvarás, licenças (inclusive ambientais), autorizações, concessões ou aprovações essenciais ao desenvolvimento das atividades preponderantes da Emissora;
- (s) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social, esta Escritura, os Contratos de Garantia ou outro instrumento relacionado à presente Emissão, e que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (t) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures estritamente conforme descrito no item 3.2 desta Escritura;
- (u) utilizar os bens e serviços adquiridos com recursos da Emissão exclusivamente para o desenvolvimento dos Projetos;
- (v) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe ou possa vir a ocasionar modificação da utilização dos recursos, conforme previsto no item 3.2 desta Escritura, hipótese em que o Agente Fiduciário deverá comunicar, imediatamente, tal fato aos Debenturistas e declarar, se for o caso, o Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos da alínea (h) do item 5.1 desta Escritura;
- (w) em até 30 (trinta) dias contados da data de solicitação escrita dos Debenturistas neste sentido, comprovar a devida aplicação dos recursos da Emissão nos Projetos;
- (x) em caso de eventos que venham a caracterizar Vencimento Antecipado, ressarcir os Debenturistas, mediante pagamento dos valores devidos;
- (y) obter e manter válidas e regulares as licenças ou aprovações relevantes pertinentes às suas atividades e às atividades relacionadas a cada um dos Projetos, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças ou aprovações cuja perda, revogação, cancelamento ou não obtenção não possam resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (z) obter e manter válidas e regulares, as licenças, inclusive ambientais, relevantes e pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas estabelecidas nessas licenças ou definidas em termos de ajuste de conduta (TACs), assim como manter em vigor todos os contratos e demais acordos relevantes, e que representem condição fundamental para a consecução do seu objeto social e para o seu funcionamento regular;



- (aa) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (bb) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, em relação aos quais existam decisões judiciais ou administrativas que tenham suspenso a exigibilidade de tais obrigações, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (cc) enquanto houver Debêntures em Circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;
- (dd) caso a Emissora esteja em situação de inadimplência perante os Debenturistas, não distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, ressalvados os dividendos mínimos obrigatórios previstos em lei, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, participação nos resultados, salvo a participação nos lucros devida aos empregados - estabelecida em Acordo Coletivo, assim como honorários e/ou quaisquer recursos aos acionistas da Emissora;
- (ee) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo, mas não se limitando a, Agente Fiduciário, Agente Escriturador, e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP);
- (ff) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (gg) cumprir pontualmente suas obrigações junto ao FGTS e Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, e também as disposições relativas à segurança e medicina do trabalho necessárias ao bom desempenho de suas atividades;
- (hh) manter em situação regular suas obrigações junto às Autoridades Governamentais ambientais competentes, durante o prazo de vigência desta Escritura;
- (ii) não utilizar, em suas atividades normais e vinculadas a seu objeto social, formas nocivas ou de exploração de trabalho forçado e/ou mão de obra infantil. Por trabalho forçado, entende-se todo trabalho e serviço, executado de forma não voluntária, que é obtido de um indivíduo sob ameaça de força ou punição. Por mão de obra infantil, entende-se contratação de crianças, exploração econômica, ou que tem probabilidade de oferecer

Q



21 JAN. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7877

perigo, interferir com a educação da criança, ou ser prejudicial à saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social da criança;

- (jj) contribuir para a preservação do meio ambiente nas operações que envolvam obras civis mantendo, sempre que possível, a vegetação nativa ou efetuando o plantio de mudas de árvores nativas da região, observando o uso de solo, o clima e o local em que serão plantadas;
- (kk) utilizar na execução de seus Projetos, na medida do possível, equipamentos voltados para a preservação do meio ambiente; e
- (ll) adotar e fazer com o executor de obras de seus Projetos adote as seguintes providências, de forma a favorecer à preservação ambiental: (i) minimizar os impactos da obra no meio ambiente; (ii) aproveitar, passivamente, os recursos naturais do ambiente local; (iii) realizar a gestão e economia de água e energia na construção; (iv) promover o uso racional dos materiais de construção; (v) arborizar e estimular o plantio de árvores nas áreas de intervenção; e (vi) promover discussões e difundir entre seus membros conhecimentos sobre reaproveitamento de materiais, uso racional dos recursos naturais, medidas alternativas de baixo custo de aquecimento de água/materiais degradáveis para construção/outros, riscos decorrentes da não preservação ambiental e demais questões pertinentes.

## CLÁUSULA VII

### DECLARAÇÕES E GARANTIAS

7.1. A Emissora, neste ato, declara e garante que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias (inclusive perante os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura, dos Contratos de Garantia, bem como à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura, nos Contratos de Garantia, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) esta Escritura, cada um dos documentos da Emissão, inclusive os Contratos de Garantia, e cada um dos documentos a serem entregues nos termos desta Escritura constituem obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares, afetando a execução de



21 JAN. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALSKI  
SE. X-10000000, 201 - P. 337

direitos de credores em geral, e tais obrigações não subordinadas a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;

- (d) a celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia e a Emissão das Debêntures foram devidamente autorizados pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (i) seu estatuto social; (ii) a Lei 6.475, de 14 de novembro de 1974, do Estado de Minas Gerais, conforme alterada; ou (iii) qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;
- (e) a celebração desta Escritura, dos Contratos de Garantia e a Emissão das Debêntures não infringem qualquer (i) disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer de seus bens ou propriedades; (ii) contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte; ou (iii) obrigação anteriormente assumida pela Emissora, nem irão resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (g) seus balanços patrimoniais e as correspondentes demonstrações de resultado, cujas cópias foram fornecidas ao Agente Fiduciário, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora e de suas subsidiárias nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas;
- (h) as informações financeiras da Emissora foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, (i) não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão; (ii) não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora; e (iii) não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
- (i) encontra-se adimplente no cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais;

Q



38



- (j) a Emissora não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (k) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e nos demais instrumentos relacionados à presente Emissão;
- (l) a Emissora observará as regras de utilização dos Recursos da Emissão previstas nesta Escritura e na Lei aplicável;
- (m) já obteve todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades até então, sendo todas elas válidas, observado que algumas das licenças e autorizações ambientais ainda estão em processo de obtenção pela Emissora, que já tomou todas as providências necessárias a sua consecução;
- (n) os seus representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários para assumir, em nome da Emissora, as obrigações aqui fixadas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor.

## CLÁUSULA VIII

### 8.1. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A Emissora neste ato constitui e nomeia a **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA**, qualificado no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário desta Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar os Debenturistas perante a Emissora.

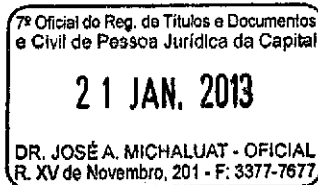
### 8.2. Substituição

8.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, os Debenturistas escolherão novo Agente Fiduciário, devendo a Emissora ser notificada, por escrito, da referida nomeação.

8.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, inclusive no caso da alínea (b) do item 8.3.1 abaixo, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

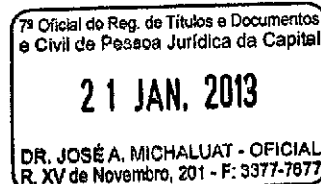
Q





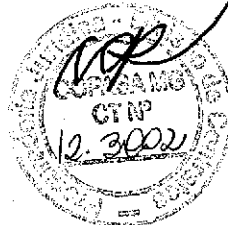
- 8.2.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.
- 8.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser arquivado na JUCEMG.
- 8.2.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e na legislação em vigor.
- 8.2.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração pelos serviços a serem por este prestados. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M - Índice Geral de Preços ao Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
- 8.2.7. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos deste item 8.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora e/ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a presente Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura.
- 8.2.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.
- 8.3. Deveres
- 8.3.1. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:





- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (d) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (e) calcular, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a divulgação do balanço patrimonial da Emissora, os índices financeiros previstos na alínea (bb) do item 5.1 desta Escritura, e informar imediatamente os Debenturistas qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros;
- (f) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos nas alíneas do item 5.1 desta Escritura e informar imediatamente os Debenturistas, independentemente dos períodos de cura previstos nesta Escritura, da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- (g) acompanhar e verificar, trimestralmente, as etapas dos respectivos Cronogramas Físico-Financeiros de cada Projeto, com base nos relatórios a serem emitidos pelo Agente de Engenharia;
- (h) determinar a Liberação dos Recursos;
- (i) verificar o atendimento das condições para a liberação das parcelas de desembolso através dos recursos depositados na Conta de Liquidação, conforme Cronograma Físico-Financeiro de cada Projeto;
- (j) verificar o saldo proveniente da cessão e da vinculação de receita tarifária, em decorrência da prestação de serviços de distribuição de água, e coleta e tratamento de esgoto, que deverá ter valor mensal não inferior a 4,5% (quatro e meio por cento) sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com data base do último Dia Útil de cada ano;

4



41



- (k) autorizar o Agente Depositário a movimentar as contas vinculadas à Emissão, nos termos da Escritura, dos Contratos de Garantia e dos demais documentos relacionados à Emissão;
- (l) emitir declaração sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (m) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado por qualquer Debenturista, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (n) acompanhar o cálculo e a apuração da Remuneração e de quaisquer taxas devidas aos Debenturistas, nos termos desta Escritura, bem como verificar a correção dos referidos cálculos;
- (o) acompanhar, calcular e apurar os índices financeiros e limites previstos nesta Escritura;
- (p) fornecer, à Emissora e ao mercado, através de sistema informatizado e internet, o preço unitário (PU) das Debêntures, informando separadamente o valor nominal, juros, prêmio e amortizações;
- (q) monitorar diligentemente os procedimentos de constituição de Garantias e estabelecimento dos mecanismos de realização dos pagamentos;
- (r) acompanhar a comprovação dos investimentos nos termos desta Escritura;
- (s) verificar, conforme o caso, a regularidade da constituição das garantias reais, flutuantes e fidejussórias, bem como valor dos bens dados em garantia observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (t) elaborar e encaminhar aos Debenturistas relatório anual, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;

Q



42



- (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - (iv) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na alínea (bb) do item 5.1 desta Escritura;
  - (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
  - (vii) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.
- (u) enviar aos Debenturistas o relatório de que trata a alínea (t) acima, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, bem como disponibilizá-lo, no mesmo prazo, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
  - (ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
  - (iii) na CVM; e
  - (iv) na CETIP.
- (v) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura e dos Contratos de Garantia, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
- (w) comunicar a Emissora acerca da declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures;
- (x) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;

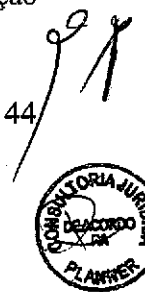


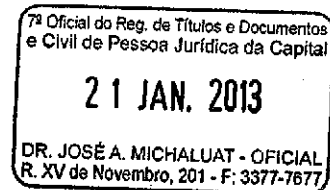
- (y) solicitar, inclusive se requisitado por qualquer Debenturista, a Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que comprove a necessidade de realização da referida auditoria;
- (z) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 2.1 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (aa) convocar, quando da ocorrência de quaisquer eventos de Vencimento Antecipado e, conforme previsto no item 5.2 desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas;
- (bb) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (cc) comunicar aos Debenturistas, na forma do item 12.6.1 desta Escritura, que o relatório mencionado na alínea (t) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (u) acima;
- (dd) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;
- (ee) notificar os Debenturistas, no prazo máximo de 7 (sete) dias contados da data do descumprimento, qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, de forma que comunicação de igual teor deve ser enviada à CETIP e à CVM;
- (ff) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, falsidades, incorreções ou inexatidões constantes de tais informações; e
- (gg) encaminhar aos Debenturistas, cópia das demonstrações financeiras da Emissora, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de seu recebimento pelo Agente Fiduciário.

#### 8.4. Remuneração do Agente Fiduciário

- 8.4.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

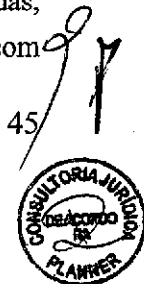
Q





- a) Parcelas semestrais de R\$12.000,00 (doze mil reais), cada uma, sendo a primeira parcela devida 03 (três) Dias Úteis após a assinatura da presente Escritura de Emissão, e as demais parcelas no mesmo dia dos semestres subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto a Planner representar os interesses dos debenturistas;
- b) O pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverá ser feito à Planner, acrescido dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos, multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que a Planner receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes;
- c) As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IPCA, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada “pro rata temporis”;
- d) Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas na presente Escritura, ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) a assessoria aos titulares das Debêntures; (ii) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os titulares das Debêntures; (iii) a implementação das consequentes decisões dos titulares das debêntures e da Emissora; e para (iv) a execução das Garantias ou das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado, com o mínimo de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por mês durante o período em que a Emissora permanecer nessa situação;
- e) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido; e
- f) A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

8.4.1.1. A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício das atividades de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadas, despesas com



8.6. Atribuições Específicas

8.6.1. Observadas as disposições da presente Escritura, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto nos itens 5.1, 5.3 e 5.4 desta Escritura;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) Suspender a Liberação dos Recursos existentes nas contas vinculadas à Emissão;
- (e) tomar todas as providências necessárias para exercício de seus direitos e obrigações a ele atribuídos no âmbito dos Contratos de Garantia; e
- (f) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

8.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) do item 8.6.1 acima, mediante renúncia específica dos Debenturistas, nos termos dos itens 5.3 e 5.4 desta Escritura.

**CLÁUSULA IX – AGENTE DE ENGENHARIA**

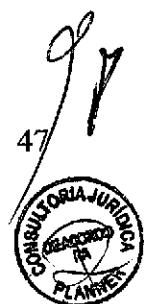
A Caixa Econômica Federal qualificada no preâmbulo desta Escritura exercerá as atribuições de Agente de Engenharia, por meio de técnicos profissionais de engenharia da própria Caixa Econômica Federal, para o acompanhamento dos Projetos da Emissora, descritos no anexo I desta Escritura.

9.1. Abrangência

9.1.1 O escopo de trabalho do Agente de Engenharia visa o acompanhamento dos Projetos listados a seguir:

- Sistemas de Esgotamento Sanitário:

Q



21 JAN. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F. 3377-7677

- (a) Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Estação de Tratamento de Esgoto Arrudas. Valor do investimento: R\$ 204.100.000,00 sendo R\$183.690.000,00 financiados através de recursos provenientes da Emissão e R\$20.410.000,00 como contrapartida da Emissora;
- (b) Complementação das Obras do Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Contagem – Valor do Investimento: R\$ 40.800.000,00 sendo R\$ 36.720.000,00 financiados através de recursos provenientes da Emissão e R\$4.080.000,00 como contrapartida da Emissora; e
- (c) Complementação das Obras de Implantação da Estação de Tratamento de Esgoto Central do município de Betim – Valor do Investimento: R\$ 44.100.000,00 sendo R\$39.690.000,00 financiados através de recursos provenientes da Emissão e R\$4.410.000,00 como contrapartida da Emissora.

- Sistema de Abastecimento de Água:

- (a) Complementação das Obras de Implantação da Adutora de Integração Noroeste e Reservatórios – Valor do Investimento: R\$31.000.000,00 sendo R\$27.900.000,00 financiados através de recursos provenientes da Emissão e R\$3.100.000,00 como contrapartida da Emissora.

## 9.2. Obrigações da Emissora

- (a) Fornecer todos os subsídios necessários ao desempenho das atividades do Agente de Engenharia, encaminhando os documentos pertinentes à adequada realização dos serviços correspondentes;
- (b) Encaminhar ao Agente de Engenharia o boletim de medição correspondente às obras executadas no período, devidamente atestado pela fiscalização das obras da Emissora; e
- (c) A fiscalização das obras é responsabilidade do contratante da obra, que a realiza diretamente com seu quadro de profissionais, ou por meio de empresa especialmente contratada e sem vínculo com a construtora que executa as obras.

## 9.3. Obrigações do Agente de Engenharia

h



48



21 JAN. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7677

- a) Emitir parecer sobre a viabilidade técnica dos projetos quanto aos aspectos de funcionalidade, prazo de obras e existência de licença ambiental vigente e demais aprovações, outorgas e/ou autorizações necessárias para desenvolvimento de cada um dos Projetos;
- b) Validar o Cronograma Físico-Financeiro dos Projetos;
- c) Informar ao Agente Fiduciário, por escrito, anormalidades verificadas na execução das obras;
- d) Acompanhar eventuais alterações, correções e atualizações no Cronograma Físico-Financeiro, emitindo parecer de alteração correspondente;
- e) Realizar, com periodicidade mínima trimestral, vistorias das obras "in loco" para acompanhamento da evolução dos Projetos e verificação da compatibilidade entre os serviços executados e o Cronograma Físico-Financeiro previsto para Liberação dos Recursos;
- f) Verificar se as obras em execução correspondem às obras previstas para cada um dos Projetos;
- g) Emitir Relatório de Acompanhamento de Engenharia de acordo com modelo constante no Anexo II desta Escritura.

9.3.1 A atividade do Agente de Engenharia não inclui conferência de notas fiscais, nem atestes de caráter fiscal ou contábil. Para garantia da segregação de funções, em nenhuma hipótese as peças técnicas emitidas pelo Agente de Engenharia serão submetidas à validação da Emissora.

9.3.2 O Agente de Engenharia realizará ateste das obras, com vistoria "in loco", com base na medição realizada pela construtora e aferida pela fiscalização da Emissora. O ateste do Agente de Engenharia restringir-se-á aos aspectos da obra perceptíveis visualmente, ou seja, será realizado sem apoio de ensaios ou de instrumentos.

9.3.3 Não cabe ao Agente de Engenharia atestar a qualidade das obras executadas, nem o cumprimento das normas técnicas aplicáveis.

#### 9.4. Vigência

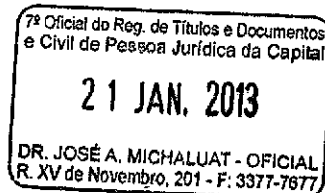
A atuação do Agente de Engenharia tem início na Data de Emissão e está prevista para o prazo de execução das obras, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro dos Projetos, podendo, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observado o limite estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei 8.666, de 1993, por meio de aditamento a esta Escritura, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do encerramento do prazo.

Q



49





#### 9.5. Pagamento

O pagamento pela Emissora, referente aos serviços prestados pelo Agente de Engenharia, será feito da seguinte forma:

- a) O custo dos serviços de remuneração do Agente de Engenharia é de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor de cada Projeto. A remuneração trimestral do Agente de Engenharia será de acordo com as medições realizadas em cada Projeto, no período compreendido entre o dia 1º e o dia 25 de cada mês;
- b) Os pagamentos serão realizados no dia 30 do mês subsequente à entrega dos trabalhos técnicos solicitados;
- c) O não pagamento dentro do prazo previsto no item "b" acima implicará aplicação de multa equivalente a 2% ao mês sobre o total da dívida, calculada pro rata die do dia do vencimento até a data de sua efetivação; e
- d) Os pagamentos referidos neste item serão realizados na Agência 0935 da Caixa Econômica Federal, mediante documento específico emitido pelo Agente de Engenharia.

#### 9.6. Fiscalização

- 9.6.1 A fiscalização dos termos e condições relacionadas às atividades do Agente de Engenharia será exercida por um representante da Emissora, por ela designado, ao qual competirá dirimir, principalmente junto ao Agente de Engenharia, as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à Emissora, conforme art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.6.2 A existência de fiscalização de obras corresponde à boa técnica e à exigência legal para instituições subordinadas à Lei Federal nº. 8.666/93 – Licitações e Contratos. Cabe à fiscalização indicada pela Emissora, como contratante das obras, receber os serviços executados, sob aspectos técnicos, como concluídos e conformes.

#### 9.7. Alterações

As condições de contratação do Agente de Engenharia sofrerão alterações mediante circunstâncias e fatos supervenientes, consoante disposições do Art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações posteriores, por meio de aditamento a presente Escritura, publicado no Diário Oficial.

#### 9.8. Das Instâncias Demandantes e Executoras



As instâncias demandantes e executoras, por parte respectivamente da Emissora e do Agente de Engenharia, são:

- I. pela Emissora, por intermédio de seu departamento de planejamento e gestão de empreendimentos; e
- II. pelo Agente de Engenharia, por intermédio de suas Gerências de Filial de Apoio ao Desenvolvimento Urbano – GIDUR.

9.9. Casos Omissos

Os casos omissos ou dúvidas decorrentes da aplicação das condições de contratação do Agente de Engenharia serão resolvidos de comum acordo entre a Emissora e o Agente de Engenharia, mediante troca de correspondência específica.

9.10. Substituição do Agente de Engenharia

É facultado aos Debenturistas, a qualquer momento, proceder à substituição do Agente de Engenharia e à indicação de seu substituto em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas.

9.11. Na hipótese de o Agente de Engenharia não poder continuar a exercer suas funções, este deverá comunicar imediatamente o fato ao Agente Fiduciário, solicitando sua substituição. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar a substituição do Agente de Engenharia, a qual deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.11.1 A substituição em caráter permanente do Agente de Engenharia deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura.

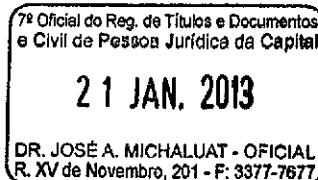
9.11.2 Em caso de renúncia, o Agente de Engenharia deverá permanecer no exercício de suas funções até que (i) uma instituição substituta seja indicada e aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, e (ii) a instituição substituta assuma efetivamente as funções do Agente de Engenharia, conforme definidas nesta Escritura.

9.11.3 O Agente de Engenharia, se substituído, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre os Projetos e sobre a Emissora, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente de Engenharia substituído, nos termos desta Escritura.

Q



**CLÁUSULA X**  
**ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**



À Assembleia Geral de Debenturistas, aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

**10.1 Convocação**

**10.1.1** A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido a seguir, ou pela CVM.

**10.1.2** A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos da imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

**10.1.3** As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

**10.1.4** As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

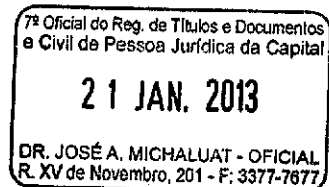
**10.2 Quorum de Instalação**

**10.2.1** A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

**10.2.2** Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente



relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.



### 10.3 Quorum de Deliberação

10.3.1 Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto nos itens 10.3.2 a 10.3.3 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

10.3.2 Não estão incluídos no quorum referido no item 10.3.1 acima:

- (a) os quoruns expressamente previstos em outros itens desta Escritura; e
- (b) as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação: (i) da Remuneração; (ii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iii) da espécie das Debêntures; e/ou (iv) das disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo.

10.3.3 As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições deste item 10.3 deverão ser aprovadas, em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

### 10.4 Mesa Diretora

A presidência da assembleia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures em Circulação ou àquele que for designado pela CVM.

## CLÁUSULA XI DO AGENTE ESCRITURADOR

### 11.1 Do Agente Escriurador

O Banco Itaú Unibanco S.A., com sede na cidade de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o número 60.701.190/0001-04 será o escriturador da presente Emissão de Debêntures, responsável também pela custódia da Escritura e dos demais documentos associados à Emissão ("Agente Escriurador").

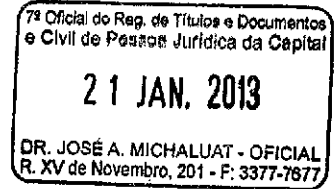
h



53



**CLÁUSULA XII**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**



**12.1 Renúncia**

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**12.2 Custos de Registro**

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura, bem como seus eventuais aditamentos, dos atos societários relacionados a esta Emissão e dos Contratos de Garantia e eventuais aditamentos nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

**12.3 Irrevogabilidade**

Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II desta Escritura, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

**12.4 Independência das Disposições da Escritura e Interpretação dos Títulos dos Itens**

12.4.1 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4.2 Os títulos das Cláusulas e itens desta Escritura são ilustrativos e para referência e não terão nenhum efeito para a interpretação desta Escritura.

**12.5 Título Executivo Extrajudicial**

Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força desta Escritura poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

Q



21 JAN. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7677

## 12.6 Publicidade e Comunicações

- 12.6.1 Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente feitas por escrito e serão entregues em mãos, enviadas por correio certificado ou registrado (com aviso de recebimento), ou por fax ou serviço de courier reconhecido, conforme estabelecido abaixo.
- 12.6.2 As comunicações a serem enviadas para a Emissora, o Agente Fiduciário ou a CETIP, nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Emissora: Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG

Endereço: Rua Mar de Espanha, 525  
CEP: 30330-270 – Belo Horizonte/MG  
Tel.: (31) 3250-2015  
Fax: (31)3250-1409  
At.: Paula Vasquez Bittencourt  
E-mail: Paula.bittencourt@copasa.com.br

Agente Fiduciário: Planner Trustee Dtvn Ltda.

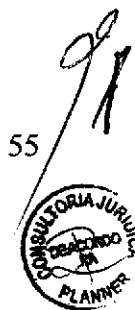
Endereço: Avenida Brigadeiro Faria de Lima, 3.900 / 10º andar – Itaim Bibi  
CEP: 04538-132 – São Paulo/SP  
Tel.: (11) 2172-2628  
Fax: (11) 3078-7264  
At.: Viviane Rodrigues  
E-mail: vrodrigues@plannercorretora.com.br

CETIP: CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663 – 4º andar  
CEP: 01452-001 – São Paulo/SP  
Tel.: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3111-1564  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

Debenturista:

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, representado pela Caixa Econômica Federal - Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros  
Endereço: Av. Paulista, 2.300 – 11º andar  
CEP: 01310-300, São Paulo – SP  
Tel.: 11 – 3555-6450  
At.: Sr. Vice Presidente de Gestão de Ativos de Terceiros



Agente Escriurador: Itau Unibanco S.A.

Endereço: Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707 - 10º andar -

Lado Laranja - Torre Eudoro Villela - Jabaquara

CEP: 04309-010

Tel.: 11 - 5029-1910

At.: Claudia Vasconcellos

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

12.6.3 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.6.4 A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

#### 12.7 Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data de cumprimento da obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

#### 12.8 Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

#### 12.9 Eleição de Foro

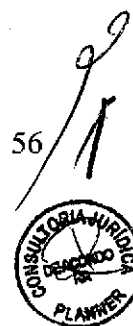
Para a solução de todas as controvérsias decorrentes desta Escritura, fica eleito o foro da seção judiciária da Justiça Federal de Minas Gerais.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam esta Escritura, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

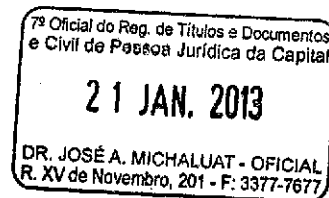
Belo Horizonte, 29 de Novembro de 2012.

(As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)

9



Página 1/4 de assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Oferta Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real.



**COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS,  
NA QUALIDADE DE EMISSORA**

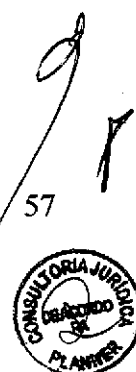
Nome: Ricardo Augusto Simões Campos  
Cargo: Diretor Presidente

Nome: Paula Vasques Bittencourt  
Cargo: Diretora Financeira e de Relações  
com Investidores

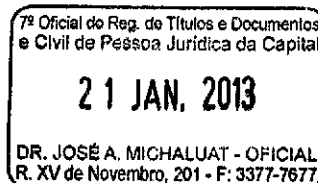
2º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE / MG  
TABELIA - MÔNICA DE QUEIROZ ALVES  
Rua da Bahia, 1000 - Centro - BH - (31) 3014-4600 - E-mail: cartorio@cartoriojaguara.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:  
Ricardo Augusto Simões Campos, Paula Vasques Bittencourt  
Belo Horizonte, 09/01/2013 10:16:26 Silvia 31750

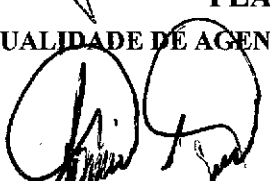
Emol.: R\$7,38 T.F.Jur: R\$2,30 Total: R\$9,68



Página 2/4 de assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Oferta Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real.



**PLANNER TRUSTEE D.T.V.M. LTDA,**  
**NA QUALIDADE DE AGENTE FIDUCIÁRIO E REPRESENTANTE DOS DEBENTURISTAS**

Nome:   
Cargo: Procurador

Nome:   
Cargo: Diretor

Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi  
São Paulo - SP - cep 04534-013 - fone: 11 3078-1836

Reconheço por semelhança as firmas de: (1) FLAVIO DANIEL AGUETONI e (1) ARTUR MARTINS DE FIGUEIREDO, em documento com valor econômico, dou fé.  
São Paulo, 10 de janeiro de 2013.  
Em Teste da verdade. Cód. [-1217057417088572398892-5550]

NICHEL MENDES OLIVEIRA - Escrevente (Utd. Estat. N° 10774A-422788)  
Selo(s): 2 Ato(s): 10774A-422788  
O Presente ato somente é válido com selo de autenticidade.



Página 3/4 de assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Oferta Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real.

7º Oficial do Reg. de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital

21 JAN. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7677

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**NA QUALIDADE DE AGENTE DE ENGENHARIA**

Nome:

Cargo:

*[Assinatura]*

MARX FERNANDES DOS SANTOS  
Supervisante Regional Subst. Especial  
Matr.: 028.820-0  
S.R. Centro de Minas / MG  
Caixa Econômica Federal

Nome:

Cargo:



Cartório do 5º Ofício de Notas de Belo Horizonte

Reconheço por semelhança a firma indicada de Marx Fernandes Dos Santos. Dou fé. BH49223. B.Hte., 21 de dezembro de 2012. Em test. *[Assinatura]* da verdade.

*[Assinatura]*  
Kessia Lopes De Araujo

R\$4,51 16427.35443.10

Av. João Pinheiro, 152 / CEP 30130-180 / Belo Horizonte / MG (31) 3224-2303



59



Página 4/4 de assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Oferta Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real.

**TESTEMUNHAS:**

Nome: **Rejane Assis**  
RG: **33.116.450-4**  
CPF:

Nome:  
RG:  
CPF:

Rua Joaquim Floriano, 689 - Itaim Bibi  
São Paulo - SP - cep 04534-013 - fone: 11 3078-1836

ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS  
tabelião

Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) REJANE CARVALHO ASSIS, em documento com valor econômico, dou fé.  
São Paulo, 10 de janeiro de 2013.  
Em Teste da verdade. Cód. [-122786151308532471852-5550]

MICHEL MENDES OLIVEIRA - Escrevente (Otd 110151 R) - 10/10/10  
Selo(s): 1 Ato: 1077AA-541255  
O Presente ato somente é válido com selo de Autenticidade.

1077AA541255  
SÃO PAULO

7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 53.452.256/0001-04  
Rua XV de Novembro, 201 - Centro - CEP. 01013-001 - São Paulo/SP

Emol. R\$ 305,10  
Estado R\$ 86,53  
Ipesp R\$ 64,43  
R. Civil R\$ 16,29  
T. Justiça R\$ 16,29

Total R\$ 488,64

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

Protocolado e prenotado sob o n. **1.837.575** em  
**21/01/2013** e registrado, hoje, em microfilme  
sob o n. **1.837.575**, em títulos e documentos.  
Averbado à margem do registro n. **1779374**  
São Paulo, 21 de janeiro de 2013

José Antônio Michaluart - Oficial  
Andre Bank Setti - Escrevente



Anexo I

21 JAN, 2013

PROJETOS

MICROFILMAGEM

1837575

**a) Sistema de Abastecimento de Água:**

**Projeto: RMBH (ADUTORA NOROESTE)**

O Projeto consiste na complementação das obras de implantação da Adutora de Integração Noroeste e Reservatórios, com investimentos no valor de R\$31.000.000,00, sendo R\$27.900.000,00 financiados através de recursos provenientes da Emissão e R\$3.100.000,00 como contrapartida da Emissora. O investimento é composto das seguintes intervenções:

- Implantação de redes de adução de água tratada;
- Construção de reservatório;
- Implantação de automação da adutora noroeste; e
- Contratação de fiscalização e consultoria.

**b) Sistema de Esgotamento Sanitário:**

**Projeto: RMBH (ETE ARRUDAS)**

O Projeto consiste na ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Estação de Tratamento de Esgoto Arrudas, com investimentos no valor de R\$ 204.100.000,00, sendo R\$183.690.000,00 financiados através de recursos provenientes da Emissão e R\$ 20.410.000,00 como contrapartida da Emissora. O investimento é composto das seguintes intervenções:

- Obras de ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto, visando aumentar a capacidade de tratamento em 3,3 metros cúbicos por segundo;
- Execução de obras de reabilitação e desenvolvimento tecnológico; e
- Gerenciamento, fiscalização e consultoria.

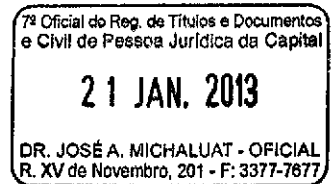
**Projeto: BETIM - (ETE CENTRAL)**

O Projeto consiste na complementação das obras de implantação da Estação de Tratamento de Esgoto Central do município de Betim, com investimentos no valor de R\$ 44.100.000,00, sendo R\$39.690.000,00 financiados através de recursos provenientes da Emissão e R\$ 4.410.000,00 como contrapartida da Emissora. O investimento é composto das seguintes intervenções:

- Execução de obras visando o tratamento preliminar dos esgotos;



- Implantação de reatores anaeróbicos;
- Construção de decantadores secundários;
- Instalações elétricas;
- Implantação de sistemas de automação;
- Implantação de sistemas de tratamento de odor; e
- Fiscalização e consultoria.



**Projeto: CONTAGEM**

O Projeto consiste na complementação das obras do Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Contagem com investimentos no valor de R\$ 40.800.000,00, sendo R\$36.720.000,00 financiados através de recursos provenientes da Emissão e R\$ 4.080.000,00 como contrapartida da Emissora. O investimento é composto das seguintes intervenções:

- Implantação de 19.278 metros de redes coletoras e interceptores;
- Execução de ligações prediais; e
- Fiscalização e consultoria.

Q



62



21 JAN. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7677

## Anexo II

## Modelo de Relatório de Acompanhamento de Engenharia

**CAIXA**

Unidade Demandante

Grau de sigilo  
# 00

Relatório de Acompanhamento de Engenharia - RAE - Setor Público

## 1 - IDENTIFICAÇÃO

OS Nº:

Tomador/Agente Promotor

Operação

☐ Financiamento☐ Repasse / OGU

Programa

Ação/Modalidade

Empreendimento (Nome/Apelido)

Município

UF

## 1.1 - Informações do CT (Contrato de Financiamento/Repasse)

CT - N.º Data de assinatura Valor do Investimento (R\$) Valor Financ./Repasse (R\$) Valor Contrapartida (R\$)

Objeto do CT

## 1.2 - Referências desse RAE em relação à Etapa Módulo do CT

Etapa Módulo - N.º Etapa Módulo - Descrição

## 1.3 - Informações do CTEF (Contrato de execução e/ou fornecimento)

CTEF - N.º Empresa executora/fornecedora CNPJ

CTEF - Objeto:

CTEF - Valor atual (R\$)

Início Obra/Serviço - data Prazo inicial dias Prazo acrescido dias Último aditivo - data Término Previsto Término Real - (mês/ano)

## 2 - EVOLUÇÃO DE OBRAS E OU SERVIÇOS

Medição (mês/ano) Etapa CTEF Prevista Real Inspeção N.º Data Prazo (dias) Decorrido Equivalente Atraso / Adiantamento Dias % atraso/adiant. SitAPF

Itemização	Item, subitem ou item único	Descrição	Valor do Item (R\$)	Previsto Acumulado (%)	Previsto Acumulado (R\$)	Realizado acumulado (%)	Realizado acumulado (R\$)
	A	(exemplo: subitem ou item único)		0,00			
		(exemplo: subitem)					
		(exemplo: subitem)					
		(exemplo: subitem)					
		(exemplo: subitem)					
	B	(exemplo: subitem ou item único)		0,00			
		(exemplo: subitem)					
		(exemplo: subitem)					
		(exemplo: subitem)					
		(exemplo: subitem)					
	C	(exemplo: subitem ou item único)		0,00			
		(exemplo: subitem)					
		(exemplo: subitem)					
		(exemplo: subitem)					
		(exemplo: subitem)					
	D	(exemplo: subitem ou item único)		0,00			
		(exemplo: subitem)					
		(exemplo: subitem)					
		(exemplo: subitem)					
		(exemplo: subitem)					
Total				0,00			
Acumulado até o relatório RAE anterior						0,00	
Evolução dos serviços no período							

## 3 - DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA/ DISPONÍVEL PARA VISTAR A MEDIÇÃO

3.1 - ART de execução e de fiscalização na 1ª medição e na conclusão obra/serviço?

☐ não é o caso☐ visto☐ pendente

3.2 - Projetos, especificações, orçamento e cronograma - vigentes?

☐ não é o caso☐ visto☐ pendente

3.3 - Croqui de localização das obras/serviços da medição sob vistas?

☐ dispensado☐ visto☐ pendente

3.4 - Memória de cálculo da medição dos serviços?

☐ dispensada☐ visto☐ pendente

3.5 - RAE ou documento de vistas à medição/situação anterior a esta inspeção?

☐ não é o caso☐ visto☐ pendente

Relatório de Acompanhamento de Engenharia - RAE - Setor Público

4 - CONFORMIDADE

(Responder com base nas condições aparentes na ocasião da inspeção da obra / serviços objeto deste RAE)

- 4.1 - A placa, conforme modelo padrão CAIXA, se encontra afixada na obra? ☐ sim ☐ não
- 4.2 - O BM ou PLS apresentada expressa a realidade das obras/serviços executados? ☐ sim ☐ não
- 4.3 - As solicitações do RAE anterior foram atendidas? ☐ Não houve solicitações ☐ sim ☐ não
- 4.4 - Observadas realizações divergentes dos projetos aceitos pela CAIXA? ☐ sim ☐ não
- 4.5 - Observados materiais e/ou equipamentos divergentes das especificações aceitas pela CAIXA? ☐ sim ☐ não
- 4.6 - As divergências tendem a prejudicar o alcance e qualidade do objetivo do CTEF? ☐ não há diverg. ☐ sim ☐ não
- 4.7 - Obras/serviços do CTEF estão sendo executadas em área(s) definida(s) no projeto aceito pela CAIXA? ☐ sim ☐ não
- 4.7.1 - Coordenadas GPS dos principais elementos do empreendimento:

☐ Vide no Anexo III ponto de localização dos elementos objeto deste RAE, no sistema

☐ DATUM SAD 68 ☐

☐ Não é o caso, o(s) elemento(s) físico é móvel ou está em produção na fábrica

5 - SITUAÇÃO DA OBRA/SERVIÇOS E QUALIDADE DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA/SERVIÇO

- 5.1 - Em relação ao prazo de execução: ☐ Acelerada ☐ Normal ☐ Atrasada ☐ Paralisada
- 5.2 - Qualidade de execução da obra / serviço: ☐ Boa ☐ Satisfatória ☐ Razoável ☐ Fraca ☐ Péssima
- 5.3 - Qualidade da fiscalização da obra: ☐ Boa ☐ Satisfatória ☐ Razoável ☐ Fraca ☐ Péssima

6 - OBSERVAÇÕES (Comentar situação da obra, problemas apontados nos itens anteriores desse RAE, soluções, pendências, medições a maior, glosas e demais informações julgadas pertinentes)

7 - RELAÇÃO DE ANEXOS

- ☐ Anexo I - Relatório Fotográfico
- ☐ Anexo II - Relatório de Acompanhamento Final
- ☐ Anexo III - GPS - Localização dos principais elementos medidos / em construção

Local/Data

7º Oficial do Reg. de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica da Capital

21 JAN. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7677

Profissional Responsável

Nome:

Matrícula:

CREA:

Responsável pela Empresa Credenciada

Nome:

CNPJ:

Empresa:





Unidade Demandante

Grau de Sigilo  
#10

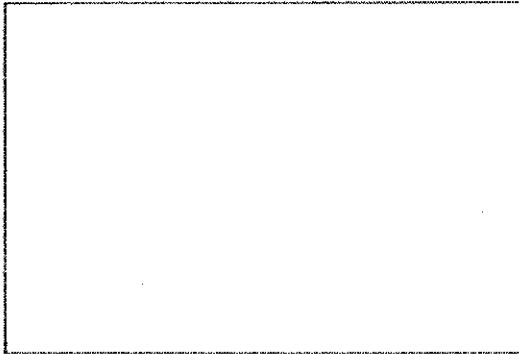
Relatório de Acompanhamento de Engenharia - RAE - Setor Público

ANEXO 1 - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

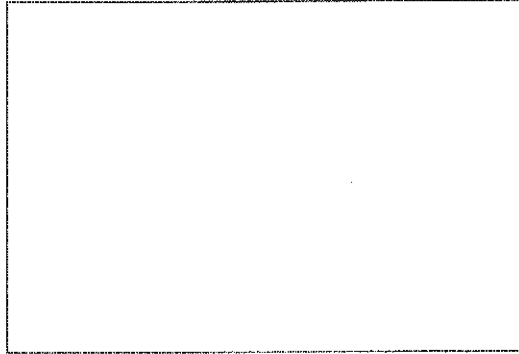
OS Nº

Tomador / Agente Promotor

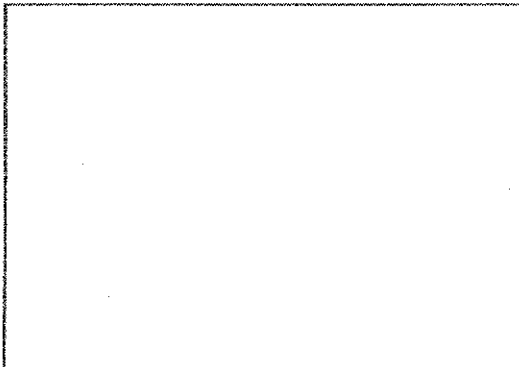
Empreendimento



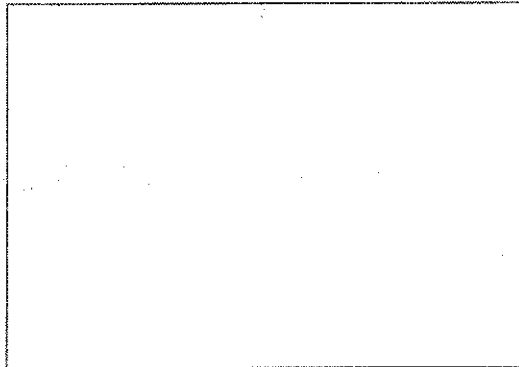
LEGENDA FOTO 1



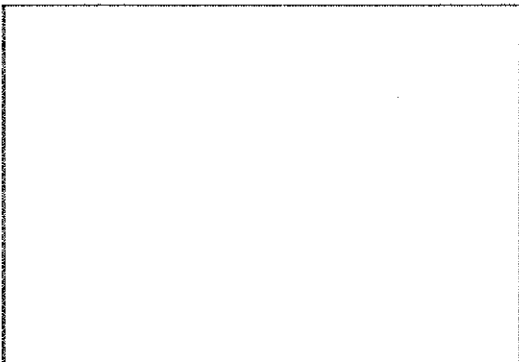
LEGENDA FOTO 2



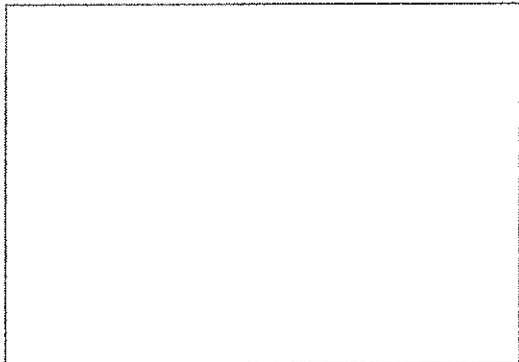
LEGENDA FOTO 3



LEGENDA FOTO 4



LEGENDA FOTO 5



LEGENDA FOTO 6

41.207 v003 micro

7ª Oficial do Reg. de Títulos e Documentos  
e Civil da Pessoa Jurídica da Capital  
**21 JAN. 2013**  
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7677

3



65





Unidade Demandante

Grau de Sigilo  
#00

Relatório de Acompanhamento de Engenharia - RAE - Setor Público

CT -

ANEXO II - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO FINAL (RAE 100%)

OS Nº

1 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES - ACOMPANHAMENTO FINAL (preencher após conclusão do CTEF identificado neste RAE).

## 1.1 - Metas Físicas

- ☐ Atingidas conforme contratado  
☐ Atingidas com alterações aprovadas  
☐ Parcialmente atingidas - vide observações

Observações

## 1.2 - Cronograma físico-financeiro

- ☐ Obedecido conforme contratado.  
☐ Obedecido com alterações aprovadas.  
☐ Pendente de ajustes - vide observações

Observações

## 1.3 - As obras do CTEF executadas permitem o benefício imediato à população alvo previsto no CT ?

- ☐ Sim  
☐ Parcialmente - vide observações  
☐ Não - vide observações

Observações

## 2 - QUALIDADE DAS OBRAS/SERVIÇOS DO CTER E DESEMPENHO DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA / SERVIÇO

## 2.1 - Qualidade FINAL da obra / serviço:

☐ Boa ☐ Satisfatória ☐ Razoável ☐ Fraca ☐ Péssima

## 2.2 - Desempenho geral da fiscalização da obra

☐ Bom ☐ Satisfatório ☐ Razoável ☐ Fraco ☐ Péssimo

## 3 - COMENTÁRIOS

Local/Data

Profissional Responsável

Nome:

Matrícula:

CREA:

Responsável pela Empresa Credenciada

Nome:

CNPJ:

Empresa:

7<sup>o</sup> Oficial do Reg. de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica da Capital

21 JAN. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7677

Item subitem QCI	Elemento do sistema	Ponto de tomada	Latitude	Longitude	sist.

### Local Data

Professional Responsável

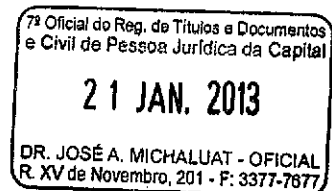
Nome:  
Matricola:  
CREA:

Responsible for the Credentialed Company

Name: \_\_\_\_\_  
 CNPJ: \_\_\_\_\_  
 Empresa: \_\_\_\_\_

41.207 v003 micro

**\$**



Anexo III

Modelo de Boletim de Subscrição

21 JAN. 2013

**MICROFILMAGEM**

1837575

**BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE DEBÊNTURES**

**Companhia de Saneamento de MINAS GERAIS – COPASA MG**

**CNPJ/MF nº 17.281.106/0001-03**

Este boletim de subscrição de Debêntures ("Boletim de Subscrição") refere-se à 5ª Emissão de Oferta Privada de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real da Companhia de Saneamento de MINAS GERAIS – COPASA MG, com sede e foro na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Mar de Espanha, nº 525, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.281.106/0001-03, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"), cuja emissão e as garantias foram aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 28 de abril de 2011, em respeito aos termos e condições do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Oferta Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real da Companhia de Saneamento de MINAS GERAIS – COPASA MG, celebrada em 04 de Agosto de 2011 ("Escritura de Emissão").

A Remuneração das Debêntures será de acordo com o estabelecido na Escritura de Emissão.

SUBSCRITOR	Nº DE DEBÊNTURES SUBSCRITAS	VALOR TOTAL SUBSCRITO (R\$)	VALOR TOTAL INTEGRALIZADO (R\$)
[•]	[•]	[•]	[•]
<b>TOTAL</b>	[•]	[•]	[•]

A Emissora declara, neste ato, que a subscrição e integralização das Debêntures ocorreram na forma descrita neste Boletim de Subscrição.

Minas Gerais, [•].[•].2011

**Companhia de Saneamento de MINAS GERAIS – COPASA MG**

Nome: \_\_\_\_\_

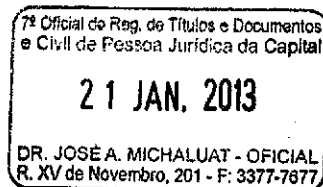
Nome: \_\_\_\_\_



68



**Subscritor**



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

**Testemunhas**

Nome:

Nome:



DE: DVFI

PARA: DVCT

**ASSUNTO: Formalização dos instrumentos referentes ao Primeiro Aditamento da 5ª Emissão de Debêntures**

Encaminhamos para formalização, os seguintes documentos referentes ao Primeiro Aditamento aos instrumentos da 5ª Emissão de Oferta Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real:

- 05 (cinco) vias do Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão;

- 06 (seis) vias do Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Bens e Ativos Financeiros;

- 03 (três) vias do Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária e Vinculação de Parcela da Receita Tarifária, Cessão Fiduciária de Contas Cedidas e Outras Avenças.

Informamos que, as minutas dos documentos supracitados foram aprovadas por esta DVCT, conforme CI's anexas, bem como as respectivas "Solicitação de Termo Aditivo Contratual".

Atenciosamente,

*Pier Luiz Senesi*  
Pier Luiz Senesi

Gerente da Divisão Financeira

7º Oficial de Reg. de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica da Capital  
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL

21 JAN. 2013

**MICROFILMAGEM**

1837575

DVCT 07/12/12 T 57327

*Lee André*  
*Para providências*  
*Alessandra Rocha*  
Advª Alessandra Guimarães Rocha  
Divisão de Contratos  
07/12/12

*Dra. Alessandra*  
*Termo Aditivo 1, assinado*  
*Para visto*  
Andre Lucio Saldanha  
Metrícula: 24.986  
10-12-2012

